

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS I
CURSO DE TURISMO E HOTELARIA

LUCIANO CAMPOS REIS JUNIOR

A LAURO DE FREITAS TURÍSTICA: DE POTÊNCIA A ATO

Salvador

2014

LUCIANO CAMPOS REIS JUNIOR

A LAURO DE FREITAS TURÍSTICA: DE POTÊNCIA A ATO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Natália Silva Coimbra de Sá

Salvador

2014

LUCIANO CAMPOS REIS JUNIOR

A LAURO DE FREITAS TURÍSTICA: DE POTÊNCIA A ATO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Natalia Silva Coimbra de Sá.

Aprovado em _____ de _____ de 2014.

Prof.^a Dr.^a Natalia Silva Coimbra de Sá – UNEB

Doutora em Cultura e Sociedade (Universidade Federal da Bahia)

Prof.^a Dr.^a Rosali Braga Fernandes – UNEB

Doutora em Geografia Humana (Universitat de Barcelona)

Prof. Esp. Tadeu Bello dos Santos – UNEB

Especialista em Turismo (Faculdades Integradas Olga Mettig)

Aqueles que, como eu, acreditam na atualização de potencialidades.

AGRADECIMENTOS

Sou grato, acima de qualquer coisa, a meu Deus, por ter me capacitado e provido tudo que me foi necessário durante essa etapa inicial de minha jornada acadêmica.

Aos meus pais, Seu Luciano e Dona Nete, pelo carinho, apoio e desafio constante de ter a mente de Cristo.

Aos meus irmãos, por me acompanharem no processo, cada um em sua área, me motivando a crescer e acompanhar o ritmo.

Aos meus amigos, nos diversos espaços que pude acumulá-los, desde os de UNEB que me inspiraram, incentivaram e acompanharam durante esses 4 anos, aos de fora dela que foram importantes para a descontração necessária frente as demandas da universidade.

Aos meus professores, em sua totalidade, por contribuírem, cada um a sua maneira, para o profissional em formação que sou hoje. Destaco especialmente Ariadna Bandeira, Carmen Lima, Francisca de Paula, Roberto Dantas, Rosali Fernandes e Sandra Guaré, por terem sido expoentes em minha formação e referenciais que levarei para a vida.

Aos Srs. George Barreto, Igor Fidelis e José Bonfim, pelas contribuições que deram para a elaboração deste trabalho.

Por fim, dedico agradecimento especial a minha orientadora Natália de Sá, pela solicitude e sugestões em vistas do melhor direcionamento para este trabalho e, também, para minha vida acadêmica.

*“O universo é, antes de tudo, um conjunto de possibilidades a concretizar,
mas isto é sempre feito de maneira incompleta.”*

(MILTON SANTOS)

RESUMO

O município de Lauro de Freitas é um dos destinos turísticos potenciais do estado da Bahia. Entende-se que essa potencialidade pode ser efetivada por meio da aplicação dos pressupostos do Programa de Regionalização do Turismo do Plano Nacional de Turismo 2013 – 2016. Situado na Região Metropolitana de Salvador, no limite norte da capital, o município tem o fator localização como fortalecedor na atualização de seus potenciais. Com o objetivo de estudar a viabilidade de desenvolvimento do turismo em Lauro de Freitas a partir da proposta de sua articulação com Salvador, traz-se elementos característicos do turismo em ambos os municípios, dando ênfase à Lauro de Freitas, por ser foco principal do estudo. Para isso, realizam-se entrevistas com alguns dos principais gestores públicos do turismo nos municípios de Salvador e Lauro de Freitas, além da análise das principais diretrizes legais que balizam a integração proposta pelo estudo. Através disso foi possível observar a necessidade de desenvolvimento da “Lauro de Freitas turística”, especialmente por meio da criação e consolidação de uma imagem que identifique o município e, assim, possibilite sua promoção e consequente desenvolvimento integrado, visto que também agrega valor ao já consolidado destino Salvador.

Palavras-chave: Lauro de Freitas. Regionalização do Turismo. Articulação. Salvador.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Salvador e Lauro de Freitas	10
Mapa 2 – Principais Zonas Turísticas e rede viária da Bahia.....	26
Mapa 3 – Principais Unidades de conservação da RMS e entorno	31

LISTA DE CARTOGRAMAS

Cartograma 1 – O município de Lauro de Freitas na RMS	28
Cartograma 2 – Conexões viárias entre Lauro de Freitas e demais municípios da RMS35	
Cartograma 3 – Zoneamento de Lauro de Freitas	52

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Treze Zonas Turísticas da Bahia	29
Figura 2 – Centro Pan-Americano de Judô em Lauro de Freitas – fachada.....	46
Figura 3 – Centro Pan-Americano de Judô em Lauro de Freitas – parte interna	46
Figura 4 – Concha acústica de Lauro de Freitas.....	47
Figura 5 – Matriz de Santo Amaro de Ipitanga	50
Figura 6 – Diagrama de um <i>cluster</i> turístico	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAV	Associação Brasileira de Agências de Viagens;
ABEOC	Associação Brasileira de Empresas de Eventos;
ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis;
ABRASEL	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes;
APA	Área de Proteção Ambiental;
BA	Bahia;
CE	Ceará;
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo;
DETUR	Departamento de Turismo;
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo/Empresa Brasileira de Turismo;
FENACAB	Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro;
MG	Minas Gerais;
MTur	Ministério do Turismo;
OMT	Organização Mundial do Turismo;
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano;
PDM	Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal;
PNT	Plano Nacional de Turismo;
PPA	Plano Plurianual;
RJ	Rio de Janeiro;
RMS	Região Metropolitana de Salvador;
SALTUR	Empresa Salvador Turismo
SALTUR	Empresa Salvador Turismo;
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT	Secretaria de Cultura e Turismo;
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Cultura;
SEPLAN	Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação;
SETEL	Secretaria de Turismo Esporte e Lazer;
SETREL	Secretaria de Trabalho, Esporte e Lazer;
SISTUR	Sistema Turístico;
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

UC	Unidade de Conservação;
UF	Unidade Federada;
UNEB	Universidade do Estado da Bahia;
ZEIA	Zona Especial de Interesse Ambiental;
ZPT	Zona Predominante Turística;
ZT	Zona Turística;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 TURISMO: REDES, SISTEMAS, METROPOLIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO	21
2.1 TURISMO	21
2.2 REDES E SISTEMAS	26
2.3 METROPOLIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO	29
3 O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	32
3.1 O TURISMO EM SALVADOR, COSTA DOS COQUEIROS E RMS.	33
3.2 O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS	39
3.3 CONURBAÇÃO	41
4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TURISMO EM LAURO DE FREITAS/BA	47
4.1 URBANIZAÇÃO TURÍSTICA	47
4.2 INFRAESTRUTURA, ATRATIVOS E ATRAÇÕES PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA.....	48
4.3 A SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER (SETEL)	59
5 A ARTICULAÇÃO DO TURISMO ENTRE LAURO DE FREITAS E SALVADOR	62
5.1 POSSIBILIDADES POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO: O PNT E AS DIRETRIZES DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO	63
5.2 POSSIBILIDADE POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO: O PDDM DE LAURO DE FREITAS/BA E PDDU DE SALVADOR: COOPERAÇÃO E CORRELAÇÕES.....	66
5.3 INICIATIVA PRIVADA/SOCIEDADE CIVIL COMO ATOR DE INTEGRAÇÃO	71
6 CONCLUSÃO	75
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A – TCLE João J. Bonfim (SETEL)	86
APÊNDICE B – TCLE I. Fidelis (DETUR)	87
APÊNDICE C – TCLE do Sr. George M. Barreto (SALTUR)	88

ANEXO A - Diagnóstico preliminar da infraestrutura turística de Lauro de Freitas

..... 104

1 INTRODUÇÃO

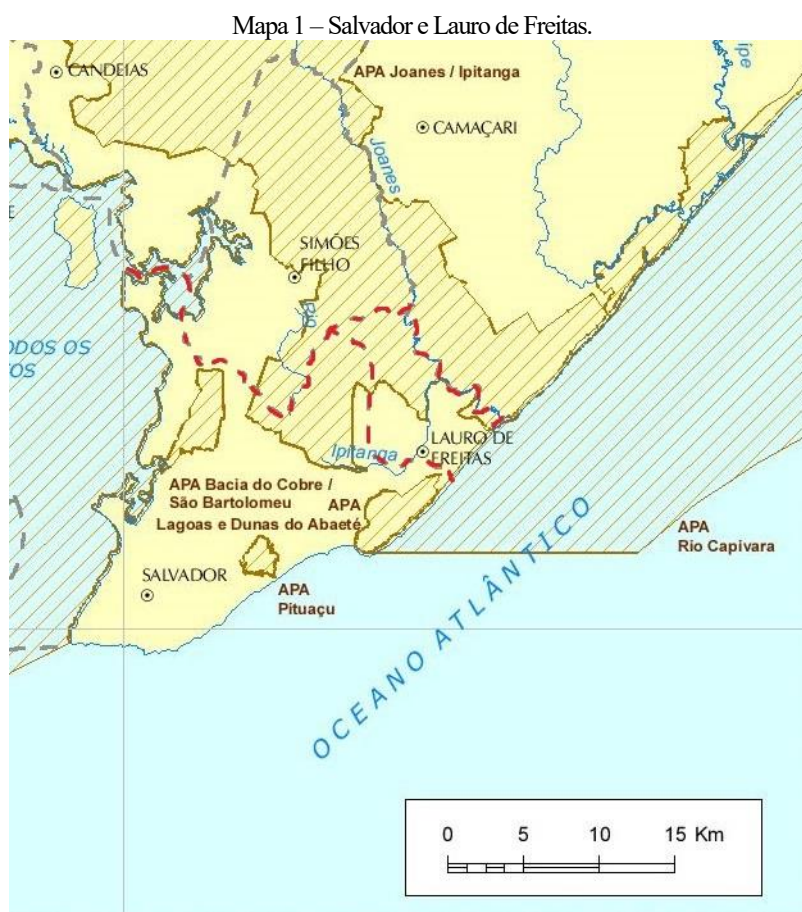
O turismo, enquanto fenômeno, atividade econômica e prática social é bastante abrangente. Esta característica diz respeito não somente à gama de atividades que o compõem, mas, também, aos inúmeros espaços nos quais este se manifesta. Atividade que remonta a séculos, com um marco inicial difícil de se precisar, o turismo já sofreu diversas alterações, amadurecendo e expandindo-se com o tempo. Mesmo não sendo, até hoje, obra acabada, este já tem traços característicos que o fazem ampliar-se paulatinamente criando, até mesmo, cidades reconhecidas pela atividade turística realizada em seu território.

No Brasil, levando em consideração sua amplitude continental, diversidade e, em especial, seus privilégios cênicos e paisagísticos, há numerosas cidades que, por possuírem tais características, fizeram do turismo uma de suas atividades principais – especialmente a partir da segunda metade do século XX. Pode-se citar como exemplo cidades como Rio de Janeiro (RJ), Ouro Preto (MG), Fortaleza (CE), Salvador (BA) etc. Essa última será um dos focos deste trabalho e, no ensejo, é importante que se saiba que no estado da Bahia não são poucas as localidades que têm o turismo como elemento de representatividade – ou até principal – na formatação socioeconômica daquela localidade.

Nas cidades circunvizinhas à capital, na chamada Região Metropolitana de Salvador (RMS), composta por 13 municípios¹; essa tendência turística é pujante. Isto muito em função das características litorâneas de alguns desses municípios, assim como uma série de outros fatores que agregam à região diferenciais representativos em termos de atratividade turística. Para este trabalho, será abordado um município em especial: Lauro de Freitas. Este possui forte ligação com Salvador, e será justamente essa conexão um dos temas principais a serem abordados, até porque, no âmbito do turismo, o estabelecimento de redes entre cidades não é elemento novo. O Brasil apresenta uma série de casos nesse sentido, dos quais pode-se citar, por exemplo, Rio de Janeiro e Niterói, Recife e Olinda etc.

¹ São eles: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Vera Cruz, assim como a própria cidade de Salvador. (BAHIA, 2014b).

Com isso, este estudo, intitulado “A Lauro de Freitas turística: de potência a ato”², norteia-se a partir do seguinte questionamento: Qual a viabilidade de desenvolvimento turístico de Lauro de Freitas/BA a partir da proposta de sua articulação com a capital baiana? Antes de apresentar a hipótese desse estudo, vale observar a localização privilegiada que Lauro de Freitas possui, como se pode notar no Mapa 1.



Fonte: Bahia (2014).

Tem-se, por exemplo, o centro de Lauro de Freitas a uma distância de menos de 5 quilômetros³ do Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães, sendo o vizinho imediato ao norte de Salvador e situado entre a capital e o afamado Litoral

² Na construção do título, o autor inspirou-se na obra “Ato e potência”, de Aristóteles (2002). Diferentemente da abordagem dada aqui, no original, o trato aristotélico à questão do ato e potência se faz no campo da metafísica – dando visibilidade a objetos e suas origens, realidades e transformações que estas podem assumir. Não obstante, optou-se pela utilização do termo por existir relações, mesmo que pouco claras, entre a potência (do ser) versada por Aristóteles, e a potencialidade no que tange ao fenômeno turístico – em referência a espaços que podem assumir caráter de destino turístico a partir de um aproveitamento de suas potências, ou potencialidades; em ato, no campo tátil - que será discutido no decorrer deste trabalho.

³ Mais precisamente 4,7 km.

Norte baiano (ou Costa dos Coqueiros), como fica claro no Mapa 1. É possível afirmar, então, que apenas o fator localização já agrega uma série de potenciais ao município.

Credita-se, também, como um dos “prós” mais significativos e compartilhados por boa parte dos destinos turísticos do Nordeste brasileiro, as belezas naturais. Destas as de maior representatividade são as praias.

Em se tratando especificamente de Lauro de Freitas, o fator de atratividade repousa sobre suas praias, entre as quais vale destacar a praia de Vilas do Atlântico, que atrai tanto o público amante da prática do surfe quanto os demais que buscam repouso ou lazer de modo geral. Outro potencial notável é sua inclinação às práticas esportivas, para as quais o município possui uma infraestrutura que vem sendo aprimorada, atraindo, por isso, um público cada vez mais expressivo; entre outros motivos sobre os quais se versará no decorrer deste texto.

Fundamentado no exposto acima, tem-se como hipótese que Lauro de Freitas possui um potencial de atratividade turística representativo, pecando apenas na oferta infraestrutural, se comparado a Salvador e outras cidades estabilizadas no cenário turístico do estado – tais como Maraú, Porto Seguro, Lençóis e Mata de São João. Acredita-se, ainda, que é real a viabilidade do diálogo da atividade turística entre os municípios de Lauro de Freitas e Salvador visando o desenvolvimento regional integrado, uma vez já existe uma aproximação entre eles.

Este tem sua elaboração justificada pelo fato de ser ainda preliminar o diagnóstico dos equipamentos, atrativos e atrações turísticos do município, impossibilitando sua sistematização e análise de modo a perceber as fragilidades e, também, de ter conhecidos os seus pontos turísticos – o que é proporcionado em parte pela análise desses aspectos desenvolvida no corpo deste trabalho. Isto possibilitando a aplicação de mudanças de ordem prática na realidade do fenômeno turístico no município. Justifica-se, também, por trazer à tona a necessidade de desenvolvimento da “Lauro de Freitas turística” a ser inserida, efetivamente, no rol de destinos da Costa dos Coqueiros e do estado da Bahia. Justifica-se, ainda, por teorizar o turismo no âmbito de sua aplicação em Lauro de Freitas.

Considerando o que foi versado acima, este trabalho objetiva estudar a viabilidade de desenvolvimento turístico de Lauro de Freitas/BA a partir da proposta de sua articulação com a cidade de Salvador/BA. Esse objetivo geral subdivide-se em quatro objetivos específicos. Assim, tem-se: conceituar turismo, redes, sistemas,

metropolização e regionalização; caracterizar o município de Lauro de Freitas – por esta ser focal neste estudo; diagnosticar os principais atrativos, atrações e infraestrutura turística de Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador/BA; e, por último, apresentar considerações acerca das políticas públicas municipais de turismo de Salvador e Lauro de Freitas/BA no que tange às margens para a articulação da atividade turística entre esses municípios.

No que tange ao método de abordagem, para este estudo adota-se o método dedutivo. Este, segundo Marcondi e Lakatos (2001, p. 92), baseia-se na máxima de que “se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão *deve* ser verdadeira”. Dessa forma, para esse estudo, as conclusões a que se chega ao final do trabalho têm como base óbvia as bases apresentadas no decorrer do estudo.

Este estudo faz uso, quanto ao método de procedimento, do método comparativo. Este que é empregado em comparações de grupos até em temporalidades diferentes, podendo ser entre presente e passado ou entre elementos contemporâneos (MARCONDI; LAKATOS, 2001). Pela ocorrência de duas cidades focais no corpo desse texto, o método se justifica, uma vez que este também se aplica quando se trabalha comparativamente “sociedades de iguais ou diferentes estágios de desenvolvimento” (MARCONDI; LAKATOS, 2001, p. 107) – como ocorre com o turismo entre estes municípios.

Caracteriza-se, também, como pesquisa exploratória, que, de acordo com Gil (2010), têm a função básica de familiarizar o pesquisador com o tema sobre o qual se pretende escrever. Ainda segundo o autor, uma das principais características desse tipo de pesquisa é a flexibilidade com a qual esse tipo de estudo é desenvolvido, visto que, por conta da investigação se dar num campo sobre o qual se tem pouco conhecimento, é interessante que sejam considerados uma gama variada de aspectos concernentes ao objeto ou fenômeno estudado. Logo, para que o estudo possa ser considerado exploratório, este deverá focar-se sobre algo que necessita ser esclarecido ou explorado – em nosso caso a articulação turística de duas cidades, a metrópole Salvador e Lauro de Freitas, na RMS, em prol do desenvolvimento da atividade em ambas.

No desenvolvimento desse método se fará necessária a utilização de instrumentos como a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, que “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações

avulsas, boletins, jornais revistas, livros [...]; até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.” (MARCONDI; LAKATOS, 2010, p. 183); e a pesquisa documental, que “vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamentos, autorização, comunicação etc.” (GIL, 2010, p. 30). Neste estudo se utilizará desse método muito em função da presença de instâncias públicas da área do turismo, figurando no escopo deste trabalho.

Sobre a primeira – pesquisa bibliográfica – Gil (2010) aborda seus pontos positivos, até porque o método é pressuposto para a elaboração da grande maioria dos trabalhos científicos, mas adverte sobre os perigos de reproduzir equívocos de outros autores. Para este trabalho, visando, também, esta questão, optou-se pela utilização de uma quantidade razoável de autores, confrontando-os, de modo a tornar, assim, mais remotas as possibilidades de cair no erro supracitado.

Se utilizará, também, da pesquisa de campo, “[...] que consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, a coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisa-los” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 169). Esta pressupõe uma participação mais intensiva por parte do pesquisador, visto que este assume um maior contato com seu objeto de estudo, no ambiente onde este se encontra.

Quanto aos objetivos, considerando o fato deste estudo se propor a estudar a viabilidade de desenvolvimento turístico de Lauro de Freitas/BA a partir da proposta de sua articulação com a cidade de Salvador/BA, e considerando que isto será feito, também, por meio da apuração e análise do posicionamento de representantes dos principais órgãos responsáveis pela gestão da atividade turística em Lauro de Freitas e Salvador, assim como os princípios legais que devem pautar as ações no setor; aqui se fará uso do método de pesquisa descritiva, que, como o nome já sugere, objetiva descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou “identificar relações entre variáveis” (GIL, 2010, p. 27).

No tocante às técnicas de pesquisa, referentes ao momento de coleta de dados, podem ser divididas em documentação direta e indireta (ANDRADE, 2003). No que tange à documentação indireta, serão utilizadas pesquisas bibliográfica e documental, como já foi mencionado. Dentre as bibliotecas visitadas para consulta a fontes bibliográficas estão: Biblioteca Central da Universidade do Estado da Bahia

(UNEB) e o Centro de documental e informação Luis Henrique Dias Tavares, também na UNEB.

Quanto à documentação direta, foram realizadas entrevistas semiestruturadas tanto com o secretário de Turismo, Esporte e Lazer (SETEL) quanto com o gestor do Departamento de Turismo (DETUR) de Lauro de Freitas, instâncias responsáveis pelo ordenamento da atividade em âmbito municipal; a fim de fundamentar as considerações acerca do tratamento que o município dá ao turismo em seu território, assim como no tocante às expectativas e pretensões do município para o setor. Também foi realizada entrevista com parâmetros semelhantes com o diretor de *Marketing* e serviços turísticos da Empresa Salvador Turismo (SALTUR), no intuito de conhecer a visão dos órgãos de gestão do turismo de Salvador no que diz respeito à “Lauro de Freitas turística” e à proposta de articulação.

As entrevistas foram transcritas para que a análise das informações coletadas, através das declarações dos citados gestores de turismo, fosse possível. Tais informações são dispostas no corpo do texto, intercaladas por considerações que balizarão as discussões em torno da temática, visto que fazem parte da proposta deste trabalho.

A estruturação deste estudo está feita da seguinte forma: após a introdução, na segunda seção do trabalho são apresentados os conceitos cujo entendimento se faz necessário para uma real compreensão da temática em estudo. São eles: turismo, redes, sistemas, especialmente os turísticos; metropolização, regionalização e produto turístico. Estes, por mais que, à primeira vista, possam parecer distantes entre si, se intercomunicam de forma integrada e coerente para a formulação da lógica de pensamento que será seguida durante todo o estudo.

Na terceira seção versa-se sobre as regiões nas quais estão inseridos os municípios foco deste estudo, ou seja, a zona turística Costa dos Coqueiros e a Região Metropolitana de Salvador. É dada atenção especial ao turismo em Salvador e sua relação com as regiões citadas para, em seguida, tratar-se sobre Lauro de Freitas, em primeiro plano. Por fim, são feitas considerações acerca da conurbação enquanto processo que relaciona-se aos outros processos urbanos apresentados no capítulo anterior.

A quarta seção se ocupa de trazer outro processo urbano, o de urbanização turística para, a partir deste, apresentar os principais equipamentos, da infraestrutura de

Lauro de Freitas, voltados para a atividade turística, assim como seus principais atrativos e atrações. Nesta mesma seção, apresenta-se a Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer (SETEL) de Lauro de Freitas, evidenciando seu papel e ações para o turismo no município.

Na seção seguinte, a quinta, figuram considerações acerca do problema proposto pelo estudo. Com isso, apresentam-se os instrumentos de políticas públicas direcionados às possibilidades de articulação em nível intermunicipal, sobre as quais se versará. Ente os instrumentos se fará menção aos Planos Diretores (PDDU e PDDM), Planos Plurianuais (PPAs), assim como ao Programa de Regionalização contido do Plano Nacional de Turismo (PNT). E como complemento, fundamentado nas bases legais expostas, apresentar-se-á a relevância assumida pela iniciativa privada para a efetivação da proposta deste estudo, em especial as que dizem respeito ao turismo. Em seguida, são apresentadas as considerações finais, a partir de tudo que foi estudado.

2 TURISMO: REDES, SISTEMAS, METROPOLIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO

Considerando o tema proposto para este estudo, onde estão em evidência a atividade turística, e suas diversas formas de manifestação, em âmbito municipalizado; acredita-se ser de relevância primordial elucidar, através do arcabouço teórico considerado como mais adequado, o que vem a ser a atividade turística, para, a partir disto, relacioná-la aos demais temas que serão discutidos posteriormente. Com isso, se realizará uma breve releitura conceitual a fim de alcançar um entendimento pleno da atividade.

2.1 TURISMO

O turismo, como é sabido, não é atividade recente, pelo contrário, remonta a séculos e civilizações remotas, tendo assumido diferentes enfoques no decorrer de seu desenvolvimento – desde comércio e lazer à religiosidade e saúde. Um dos momentos mais marcantes para o desenvolvimento da atividade foram as viagens organizadas por Thomas Cook. O inglês revolucionou a atividade ao organizar, em 1841, uma viagem de trem para 570 pessoas de Melbourne a Leicester, na Inglaterra. A partir do sucesso da viagem, Cook passou a desenvolver mais essa atividade sendo considerado, hoje, o pai do turismo moderno (OLIVEIRA, 2002). Outro momento de catalisação no desenvolvimento da prática turística foi a introdução do avião a jato na aviação comercial, proporcionando a chamada diminuição nas distâncias e, com isso, aproximando lugares outrora inacessíveis e desconhecidos ao redor do mundo (IGNARRA, 2000).

No entanto, a despeito de toda essa carga histórica que o turismo carrega e desconsiderando esse longo período no qual a atividade se desenvolve, a mesma só foi reconhecida enquanto campo passível de atenção científica a partir do início do século passado, quando, especialmente economistas, passaram a debruçar-se sobre o turismo, mesmo que com contradições conceituais decorrentes da multiplicidade das abordagens disciplinares, a fim de definir sua abrangência (MOUFORTH; MUNT, 1998; MEETHAN, 2001; JAFARI; RITCHIE, 1981 *apud* LEW, HALL e WILLIANS, 2004).

Com isso, a definição de turismo ainda pode ser considerada como recente e pouco precisa, havendo, ainda hoje, discordâncias conceituais com respeito à atividade.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), inicialmente o define como: “deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias motivado por razões não econômicas” (IGNARRA, 2000, p. 23). Esta definição mostra-se, no entanto, pouco aprofundada uma vez que foi formulada basicamente para proporcionar uma base legal para que os países que fazem uso do turismo, ligados a essa organização, pudessem desenvolver suas respectivas concepções no tocante ao fenômeno turístico, sem fugir desta base conceitual preestabelecida. Logo, compreende-se que o conceito apresentado pela OMT não abrangia a atividade como um todo. Esta definição foi alterada em seguida, prolongando o período de estada consecutiva máxima no local – para ser classificado como turista – de 60 dias para um ano.

Ainda nos momentos iniciais do reconhecimento do turismo enquanto atividade econômica, a discussão a fim de alcançar um consenso no tocante à definição de turismo permanecia aquecida. No início do século passado, mais precisamente em 1910, Herman von Schullard, um economista - evidenciando o reconhecido caráter econômico do turismo -, definia o turismo como sendo “[...] a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”. (IGNARRA, 2003, p.12).

Em sua definição, Schullard enfoca, como já era de se esperar de um economista, a natureza econômica da atividade e, diferentemente de alguns outros estudiosos que serão apresentados mais à frente, ele ignora as motivações das viagens, assim como não delimita prazos específicos de permanência máxima no destino – como fez a OMT.

No decorrer do século XX a conceituação amadurecia e não foram poucos os autores que manifestaram suas considerações a respeito do turismo. Entre eles, pode-se mencionar Oscar de La Torre, que não apresenta muita disparidade de pensamento se comparado aos demais teóricos que o precederam, porém, o autor detalhou a atividade. De La Torre definiu-a como sendo

Um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de

recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, garantindo múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (IGNARRA, 2003, p. 24).

Até este momento, fazendo coro com De La Torre, os autores somente haviam apresentado definições que excluíaam práticas profissionais do rol de motivações para viagens turísticas. Contudo, os negócios eram, e ainda são, responsáveis por boa parte da movimentação nos hotéis e aeroportos.

Em função disso, Ignarra (2000, p. 25) definiu “o turismo como o deslocamento de pessoas de seu local de residência habitual por períodos determinados e não motivados por razões de exercício profissional constante”. Em sua definição, o autor não difere em muito dos seus predecessores nos pontos mais gerais, contudo, traz um elemento que acaba pondo uma pedra sobre uma discussão que, há muito, gerava controvérsias e desentendimentos: atividades profissionais entre o rol de motivações turísticas – as definições anteriores à de Ignarra (2000) não creditavam à prática profissional o caráter de motivador de uma viagem turística. Porém, por considerar o comércio como um dos primeiros, senão o primeiro, motivadores para deslocamentos – considerados pelo autor como turísticos – na história da humanidade, este entende ser ilógico não contabilizar negócios como motivadores de viagens turísticos.

É válida a ressalva de que, caso o deslocamento seja fenômeno extraordinário visando determinado assunto profissionalmente, será, assim, considerado turismo. Em contrapartida, se o indivíduo reside em uma cidade e trabalha em outra, fazendo todos os dias aquele movimento pendular, tal deslocamento não será considerado turismo.

Diante do exposto, percebe-se a complexidade do turismo em sua multifacetada representação, através dos variados segmentos que a atividade compreende. Ficando isto evidente quando nota-se que, mesmo após pouco mais de um século na busca pelo estabelecimento de um conceito holístico que defina realmente o que é o Turismo e a que tipo de atividades ele corresponde, não se conseguiu chegar a um consenso. Até hoje não se pode “bater o martelo” nessa questão, muito em função do turismo envolver diversas outras atividades e serviços de difícil mensuração, tornando difícil discriminar o que é realmente de propriedade do turismo, até mesmo para fins estatísticos.

Assim, em síntese às definições apresentadas e no intuito de estabelecer-se enquanto norte para as considerações posteriores do estudo, considera-se turismo como sendo uma atividade essencialmente econômica, baseada nos deslocamentos de um indivíduo ou grupo de indivíduos, pelos mais variados motivos, excetuando-se mudança do local de residência ou exercício profissional permanente, para determinada localidade, que não seja a sua habitual, onde haverá relacionamento com outra cultura e desfrute dos serviços já existentes e preestabelecidos para a atividade. Em suma, o turismo consiste numa espécie de amálgama de todos os pontos de vista expostos. Concorde-se com Beni (2008), o turismo é complexíssimo.

Existem, portanto, diversos prismas sob os quais se pode pensar a atividade turística, seja por meio dos seus múltiplos segmentos, seja no tocante a seu caráter gerador de benesses às comunidades receptoras ou, até mesmo, predatório às mesmas – como afirmam alguns –, ou em sua interface direta com outras disciplinas, tais como geografia, psicologia social, ciência política, antropologia, economia, história administração etc. Para este trabalho, o foco se dará sobre a atividade no que tange ao seu desenvolvimento em âmbito micro, intermunicipalizado. Não obstante, se versará sobre as relações estabelecidas entre diferentes atores e organizações que compõem esse emaranhado de relações que a atividade pressupõe para sua realização.

Pelo próprio objetivo central proposto para este trabalho, seria incoerente discorrer sobre a questão sem, no entanto, abordar uma das mais atuais diretrizes apresentadas pelo Ministério do Turismo (MTur) para o desenvolvimento do turismo no país, ou seja, o Programa de Regionalização do Turismo. Este, implantado desde 2003, quando da instituição do MTur, surge no afã de substituir o ideal que vinha sendo desenvolvido desde 1994 através da institucionalização do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)⁴, evidencia o desejo de incentivo do MTur, em âmbito federal, de fortalecer processos semelhantes ao último citado, porém não de dependência para com a metrópole, mas de colaboração com esta e com os demais municípios de sua respectiva região.

A partir do conceito de região de Vilá Valentí (1980 *apud* SPÍNOLA, 2000), que a define como “uma porção de território que pode, em um sentido ou outro, ser delimitada com base em uma série de elementos comuns”, pode-se entender

⁴ Segundo publicação do Ministério, “o Programa foi concebido para dinamizar o desenvolvimento da atividade turística em âmbito municipal”, destoando da proposta atual que objetiva articulações maiores, em nível regional e, a partir disso, no plano nacional. (BRASIL, 2013, p. 17).

regionalização como o processo de delimitação de um território a partir de critérios previamente determinados. No caso do turismo, os critérios são os atrativos turísticos e suas respectivas zonas de influência.

De acordo com Pearce (1988, p. 53 *apud* SPÍNOLA, 2000, p. 38, grifo nosso), regiões turísticas “[...] se definem em função da associação espacial das atrações e instalações relativas, ou talvez em termos físicos (uma baía, uma montanha, etc.), **ou administrativos, onde o turismo forma parte de uma estratégia regional global**”. Essa última hipótese é exatamente o que ocorre no caso brasileiro, visto que a regionalização do turismo é uma política de Estado.

Tamanho é a importância do programa, que a regionalização figura entre as três principais diretrizes do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2013–2016. A consolidação do programa de regionalização se dá pelo fato deste se apresentar como ponto de equilíbrio entre a centralização macro do turismo, nas mãos do governo federal, e a autonomia aos municípios através do PNMT, que acabou tendo uma série de problemas de difícil resolução por parte do executivo municipal⁵. Entre os destaques do programa, pode-se citar o Projeto 65 Destinos Indutores (priorizado pelo PNT 2007–2010), no qual escolheu-se, dentre os 3.635 municípios que compõem as 276 regiões turísticas espalhadas pelo país, 65 destinos que se destacaram frente aos demais – havendo ao menos um representante para cada Unidade da Federação. O estado da Bahia foi um dos grandes privilegiados. Do total de destinos indutores do país, 5 são baianos. Sendo eles: Lençóis, Marauá, Mata de São João, Porto Seguro e a capital Salvador.

O Secretário Nacional de Políticas de Turismo, Vinicius Lummertz, elucida o caráter complementar do Projeto 65 Destinos Indutores para a concretização dos objetivos idealizados para o Programa de Regionalização do Turismo. Segundo ele o programa visa

[...] dar evidência às boas práticas em turismo no cenário mundial, evidenciando municípios de destaque na atividade de modo que boas práticas possam ser compartilhadas regionalmente e, assim, difundidas em todo o

⁵ Tais como investidas de organizações privadas em desacordo com questões de proteção ambiental e afins, com as quais muitos municípios brasileiros não têm meios eficazes de tomada de decisões; e, também, quanto a medidas protecionistas contra os impactos da entrada de capital privado internacional em pequenas comunidades pós apropriação turística etc.

território nacional, tornando-se prática cotidiana. (LUMMERTZ, 2014, informação verbal)⁶.

Assim, a complementariedade do projeto para o programa de regionalização se dá justamente pelo fato de que, como o programa objetiva o compartilhamento de aprendizados, experiências de sucesso e boas práticas, o estabelecimento de destinos indutores aponta justamente nesse sentido, por trazer referenciais de bom desempenho.

Esse quesito é realmente um avanço em relação ao PNMT, visto que vários dos municípios brasileiros que receberam o selo Embratur de potencial destino turístico não têm uma máquina pública municipal amadurecida. Por isso, não têm um grau de *expertise* suficientemente bom para tomar decisões acertadas nas demandas que o desenvolvimento de um destino, por exemplo, gera. Desta forma, referenciais de sucesso e gestores de turismo que possam compartilhar suas experiências positivas no tocante ao planejamento da atividade são fundamentais para o desenvolvimento dos potenciais turísticos das 276 regiões turísticas do país. Em suma, o programa visa justamente quebrar com as relações de simples concorrência – ou indiferença – entre os destinos turísticos brasileiros e firmar uma cultura de cooperação, articulação e, assim, desenvolvimento regional integrado.

2.2 REDES E SISTEMAS

As palavras “cooperação”, “articulação”, “desenvolvimento regional” e afins são termos que evocam o entendimento de rede, enquanto uma das principais estratégias e modelos de ação em vistas dos fins apresentados pelo já citado Programa de Regionalização do Turismo.

Inicialmente, é válido que se compreenda o conceito de “redes”, sobre o qual Silva (2000) apresenta como sendo de conhecimento fundamental para o entendimento real da atividade turística em toda a sua complexidade. A própria palavra “rede”, por si só, já é bastante sugestiva quanto às denotações que pode assumir. Podendo fazer referência à ligação, cruzamento ou até complexidade – de relações etc. Num sentido mais genérico, “rede” diz respeito ao “conjunto de linhas de comunicação, interligadas de modo que uma mensagem recebida possa transitar por essas linhas, por

⁶ Declaração dada ao NBR Entrevista, quando do Encontro Nacional em comemoração aos 10 anos do MTur, em 17 mai. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=z5qCj13oAPM>>. Acesso em: 13 out. 2014.

esses canais de comunicação para que, partindo de um ponto de origem, chegue a seu destino.” (BRASIL, 2010a, p. 98). Logo, fortalecendo a ideia de ligação e relacionamento que o conceito assume em qualquer uma de suas aplicações, estando aí incluídas as redes de relações estabelecidas entre agentes da atividade turística.

Em harmonia com a definição do MTur, Silva (2000) afirma que redes constituem-se em formações onde se estabelece o relacionamento entre diversos atores ou organizações, tendo como fator basilar de fortalecimento da ligação os seus interesses e objetivos que, pressupõe-se, serem comuns⁷. Assim como a definição anterior, a autora reforça os relacionamentos, pressuposto fundamental das redes, e apresenta ainda o fator motivador das conexões: os objetivos comuns.

Focando o modo de organização em rede sobre o turismo, tem-se um ideal potencialmente positivo, uma vez que visa “fazer com que seus integrantes [...] consigam colaborar entre si, compartilhar conhecimentos, capacitar-se [...]” (BRASIL, 2010a, p. 99). Uma articulação, para o MTur, que tem como premissas básicas autonomia, horizontalidade, cooperação, democracia, ação concertada e difusa. Todas estas se comunicam e completam, sendo interdependentes e pressupostos umas às outras.

Ainda no âmbito do turismo – sobre o qual Silva (2000) faz clara alusão –, e tomando por base o já mencionado no tocante à amplitude da atividade base deste trabalho (o turismo), as redes, por definição, não englobam a complexidade de temas sobre os quais o turismo se fundamenta. Logo, há que se inserir um outro conceito que, na prática do fenômeno turístico, parecia-se com o primeiro, leia-se a ideia de sistema, enquanto complemento da rede, ou melhor, um complexo com relações menos simples. Para Vasconcellos (2002 *apud* LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008, p. 26, grifo nosso), sistemas são

[...] qualquer **unidade em que o todo é mais do que a soma das partes**. Assim, um sistema é **um todo integrado** cujas propriedades não podem ser reduzidas às propriedades das partes, e as propriedades sistêmicas são destruídas quando o sistema é dissecado.

Embora não a tenha feito nomeadamente voltada ao turismo, a ideia de sistema apresentada já elucidada como se constroem as relações entre atores e

⁷ No caso específico dos atores e organizações turísticas o objetivo comum é “captar turistas, fazer com que eles visitem, conheçam, comprem, enfim, gastem ou invistam na sua cidade, região ou país”. (SILVA, 2000, p. 49).

organizações intrínsecas ao Sistema Turístico (SISTUR) – como em outros sistemas gerais. No trecho, algumas palavras-chave foram destacadas por considerar-se que estas são relevantes ao entendimento da definição do autor. Em ambas, este destaca o caráter indissociável dos elementos dentro do sistema – característica marcante, também, no conceito de redes (VASCONCELLOS, 2002 *apud* LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008).

Os subsídios dados por Beni (2008) à questão são imprescindíveis nesta abordagem, visto que o autor discorre sobre a teoria de sistemas de forma direcionada ao turismo, em suas mais amplas dimensões. Segundo ele, pode-se considerar o SISTUR como um sistema aberto, por conta de, neste, ser possível identificar suas características básicas, ou seja, seus elementos primordiais e suas respectivas redes de articulação, sobre as quais já se versou aqui. O autor divide o SISTUR em seis subsistemas⁸, destacando as principais redes que são construídas no interior desse sistema. Como o entendimento aprofundado da organização do sistema turístico não é pressuposto fundamental para a proposta deste trabalho, não prosseguiremos com tal caracterização. É necessário apenas que se perceba as semelhanças entre a dinâmica do SISTUR à dos demais sistemas, especialmente os econômicos, sendo o primeiro, todavia, dotado de especificidades – algumas das quais se tratará nos parágrafos que se seguem.

Ideia semelhante é apresentada por Oliveira (2002), quando aborda o “mercado turístico”. Este é definido pelo autor como um conjunto encabeçado por três elementos fundamentais para o turismo: atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos e infraestrutura de apoio turístico. E é justamente no interior desse conjunto que pode-se perceber a rede e o sistema turístico na plenitude dos termos. Isto, considerando, sobretudo, o grupo “equipamentos e serviços turísticos”, afinal nele estão contidos os elementos principais evocados tanto em redes quanto em sistema turístico, como se pode identificar na definição do autor para o item. Segundo ele, equipamentos e serviços turísticos constituem-se no

[...] conjunto de edificações, instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística; são constituídos pelos **meios de hospedagem, alimentação, entretenimento, agenciamento, informações** e outros serviços voltados para o atendimento aos turistas. (OLIVEIRA, 2002, p. 66, grifo nosso).

⁸ Subsistemas de mercado, oferta, produção, distribuição, demanda e consumo (BENI, 2008)

Os pontos destacados exemplificam alguns dos atores e organizações que constituem as redes e, por conseguinte, o sistema turístico referenciado anteriormente. Por estarem todos dentro de um mesmo conjunto de atividades articuladas e em constante diálogo, direta ou indiretamente.

Silva (2000, p. 32) advoga que a relação entre as ideias de rede e sistema é tão intrínseca que “não se poderia mencionar rede excluindo a ideia de sistema”. Ou seja, um pressupõe o outro. Fundamentado nisto, e tomando por base Oliveira (2002), pode-se afirmar que, em especial para abordagem que se fará no desenrolar deste texto, “mercado turístico” também estabelece-se como um terceiro ponto para figurar junto aos já citados rede e sistema, por se mostrarem ideias indissociáveis dentro do fenômeno turístico.

Nesse contexto, vale enfatizar um dos termos intrínsecos ao mercado turístico, por conta do levantamento deste ser um dos objetivos específicos propostos a esta pesquisa: a infraestrutura turística. Como o próprio nome já sugere, é toda a infraestrutura necessária para a realização da atividade turística numa determinada região, nisto incluem-se “obras e instalações de estrutura física de base [...], tais como o sistema de comunicações, transportes, serviços urbanos” (OLIVEIRA, 2002, p. 66). Nesse rol de “obras e instalações de base” pode-se citar, ainda, vias de acesso, saneamento básico, sinalização adequada, iluminação pública, transporte coletivo, assim como hospitais, empresas do setor alimentício etc.

2.3 METROPOLIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

Silva *et al.* (2008) versam sobre a questão, sendo, porém, sucintos ao abordar o que já se tratou aqui como sendo resultado de um complexo processo, quase que intrínseco ao fenômeno turístico – quando em escala não inferior a regional –, de desenvolvimento de redes e, conseqüentemente, também, de sistemas. Apresenta-se a metropolização turística, como sendo “o processo de **expansão da região metropolitana** preponderantemente centrada nas atividades de turismo, recreação e lazer, resultando em intensos mecanismos de interação entre a metrópole e a nova área”. (SILVA *et al.*, 2008, p. 196, grifo nosso). No trecho evidencia-se, mesmo que de forma concisa que, para a articulação entre a metrópole e sua região metropolitana, são imperativas atividades comuns, com o que podemos inferir a necessidade de haver

mecanismos que façam com que estes dialoguem. São justamente sobre esses mecanismos, embora pouco claros na definição citada acima, que pretende-se dar maior ênfase no desenvolvimento deste trabalho, em especial através da criação dos sistemas e suas redes.

Porém, para esta análise, é relevante que se verse sobre outro de seus fatores característicos, no âmbito mercadológico – este que, na prática do fenômeno turístico, harmoniza-se, em diversos sentidos, com os primeiros conceitos aqui expostos. Tal peculiaridade é quanto a seu produto, o “produto turístico”. O principal fator de diferenciação do produto turístico em relação aos demais é o seu caráter intangível, aliás, a intangibilidade é fator constante na atividade turística. Tal característica torna ainda mais delicada a análise e desenvolvimento de um produto turístico para ser base das redes, sistemas e, também, do mercado turístico – visto que sem um produto não há atração do turista e, por consequência, sem este elemento principal, não há turismo.

Alguns autores contribuíram para a construção de um consenso acerca do entendimento de produto na dinâmica da atividade turística. Oliveira (2005, p. 70) apresenta sua definição para este que é tema central no mercado turístico, segundo o autor, produto turístico é “[...] tudo o que é oferecido aos turistas, incluindo as atrações naturais, diversões, museus, paisagens, festivais e necessidades, tais como refeições, alojamentos, transportes, serviços de guias etc.” No trecho, o autor deixa clara a amplitude do termo, que abrange desde atrações naturais, a festivais e serviços diversos. O autor é tão completo em sua definição quanto a palavra “tudo” que utiliza para limitar o rol de itens aos quais o termo corresponde.

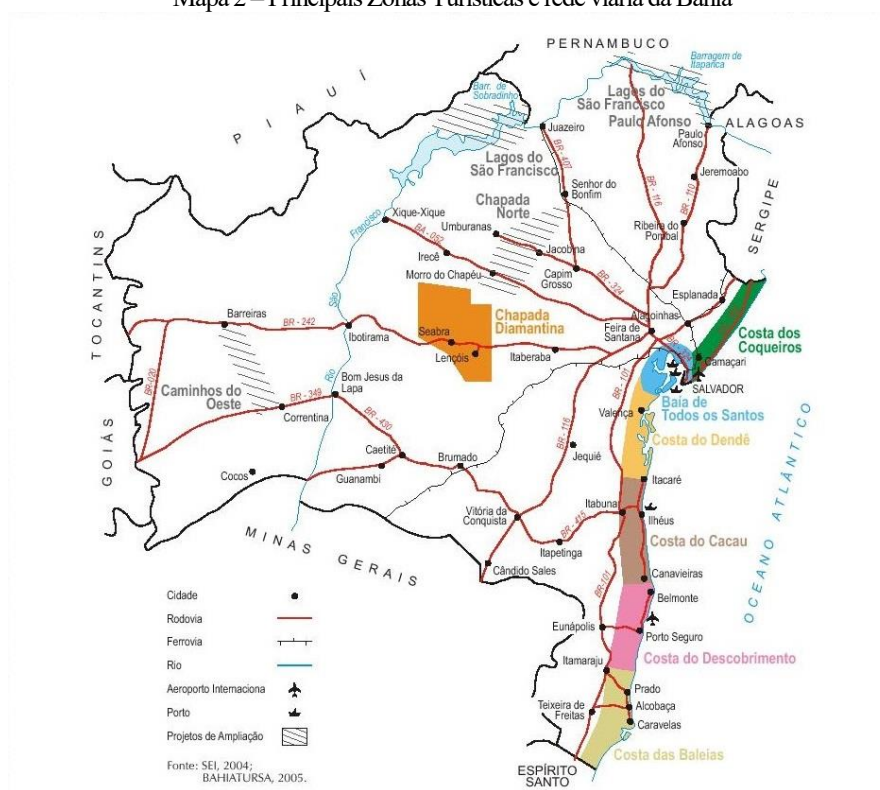
Beni (2008) também figura entre eles afirmando ser o produto turístico, basicamente, o resultado do processo produtivo organizado pelas empresas prestadoras de serviços que têm agregado ao seu valor a exploração do destino ou atrativo turístico ao qual “se apropria”. Interessante ressaltar que, em complementação a sua definição de “produto turístico”, o autor aponta quatro fatores que diferenciam tal produto dos demais produzidos em outros mercados ou no interior de outros sistemas. Dentre esses, vale destacar o caráter complementar do produto turístico, tendo em vista que toda a cadeia produtiva interage de modo que todos os componentes da oferta são interdependentes – o meio de hospedagem dialoga com o sistema de transporte turístico que, por sua vez, relaciona-se com empresas de excursões ou é útil no trajeto a

restaurantes etc. Essa complementariedade reforça, uma vez mais, a solidez das redes, assim como sua relevância dentro do amplo sistema turístico.

3 O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

À frente das considerações acerca de Lauro de Freitas, é válido evidenciar a metrópole Salvador, cidade solidificada no cenário turístico nacional. Esta não se constitui num atrativo isolado no estado da Bahia, muito pelo contrário, possui próximos a ela outros destinos consolidados, ou consolidando-se, que agregam atrativos e atrações⁹ à já diversificada e rica capital. Com destaque, ao norte de Salvador, há a Zona Turística¹⁰ da Costa dos Coqueiros (Figura 1, p. 30) que comporta alguns dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Salvador (RMS). Como se pode ver no mapa a seguir

Mapa 2 – Principais Zonas Turísticas e rede viária da Bahia



Fonte: Bahia (2014).

⁹ Sendo “atrativos turísticos” os monumentos, lugares, edifícios, enfim, sítios imóveis que despertam interesse turístico, enquanto que “atrações turísticas” são as manifestações populares, danças, modos de produção, procissões, peregrinações etc., que, da mesma forma, despertem interesse turístico. (RABAHY, 1990).

¹⁰ Segundo Spinola (2000, p. 38) zona turística “é a unidade maior de análise e estruturação do universo espacial turístico de um país ou estado”. No Brasil, pode-se entender Zona Turística como determinada região que comporta um conjunto de municípios com reconhecido potencial turístico e características semelhantes, o estado da Bahia possui 13 zonas turísticas.

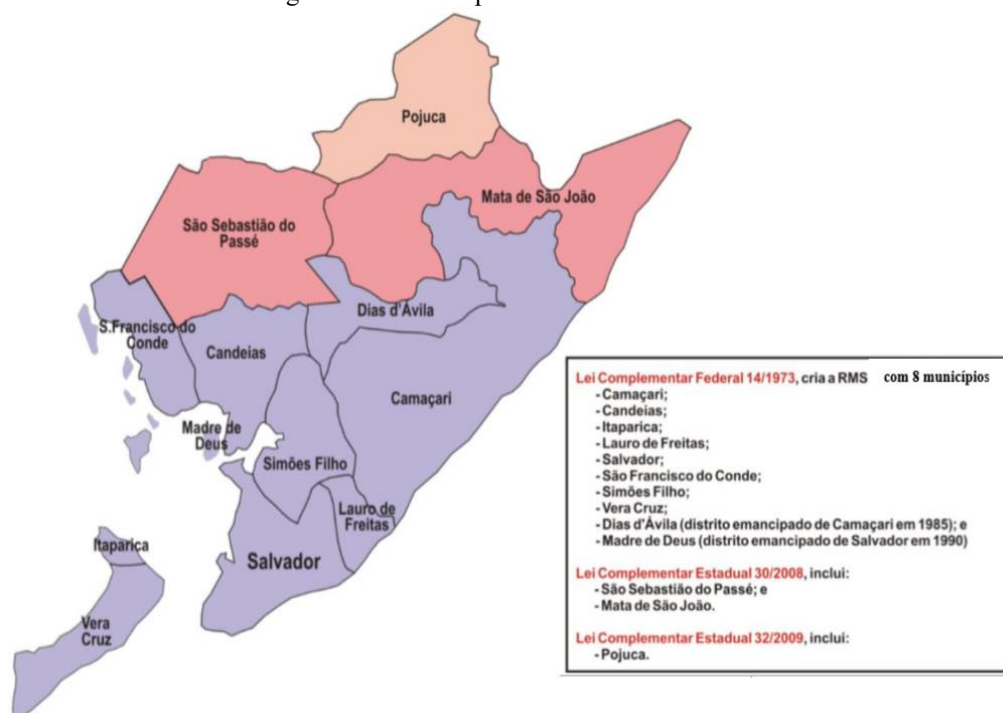
Apesar de não apresentar todas as atuais 13 ZTs do estado, no mapa 2 pode-se ver, destacada em verde, a Costa dos Coqueiros. Nesse momento inicial serão apresentadas, além de Salvador, essas regiões e suas respectivas forças para o mercado turístico em nível nacional e internacional, atribuindo destaque a um município em especial: Lauro de Freitas.

3.1 O TURISMO EM SALVADOR, COSTA DOS COQUEIROS E RMS.

A cidade de Salvador é um dos polos nacionais de efervescência da prática turística. Segundo dados do Observatório de Turismo da Bahia, é a cidade mais visitada do estado, recebendo uma média de 67% do fluxo turístico internacional (aproximadamente 373 mil pessoas) e 32,5% do fluxo nacional (pouco mais de 1,7 milhões de pessoas), exclusive o fluxo interno do estado, este que representa quase a metade dos 11.015.000 de deslocamentos turísticos no estado em 2011 (5,3 milhões, para ser mais preciso) (BAHIA, 2011).

O cartograma a seguir elucidada como se dá a divisão territorial dos municípios da RMS. Alguns que também compõem a já mencionada Costa dos Coqueiros, mas sobre isso se tratará mais à frente.

Cartograma 1 – O município de Lauro de Freitas na RMS.



Fonte: Bahia (2013).

A primeira capital do Brasil, com seus 3 milhões de habitantes distribuídos numa área total estimada de 313 km²¹¹ (FERNANDES, 2000), é uma das principais cidades do país – ocupa a terceira posição no *ranking* das mais populosas, perdendo apenas para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente (BACELAR, 2014). No tocante à atividade turística, Salvador ocupa o terceiro lugar em fluxo de turistas, perdendo apenas para as potências Rio de Janeiro e São Paulo. Reconhecida tanto nacional como internacionalmente como local de grande ebulição cultural, são encontradas na cidade manifestações de cunhos diversos – fato que municia a cidade de atrações para públicos variados.

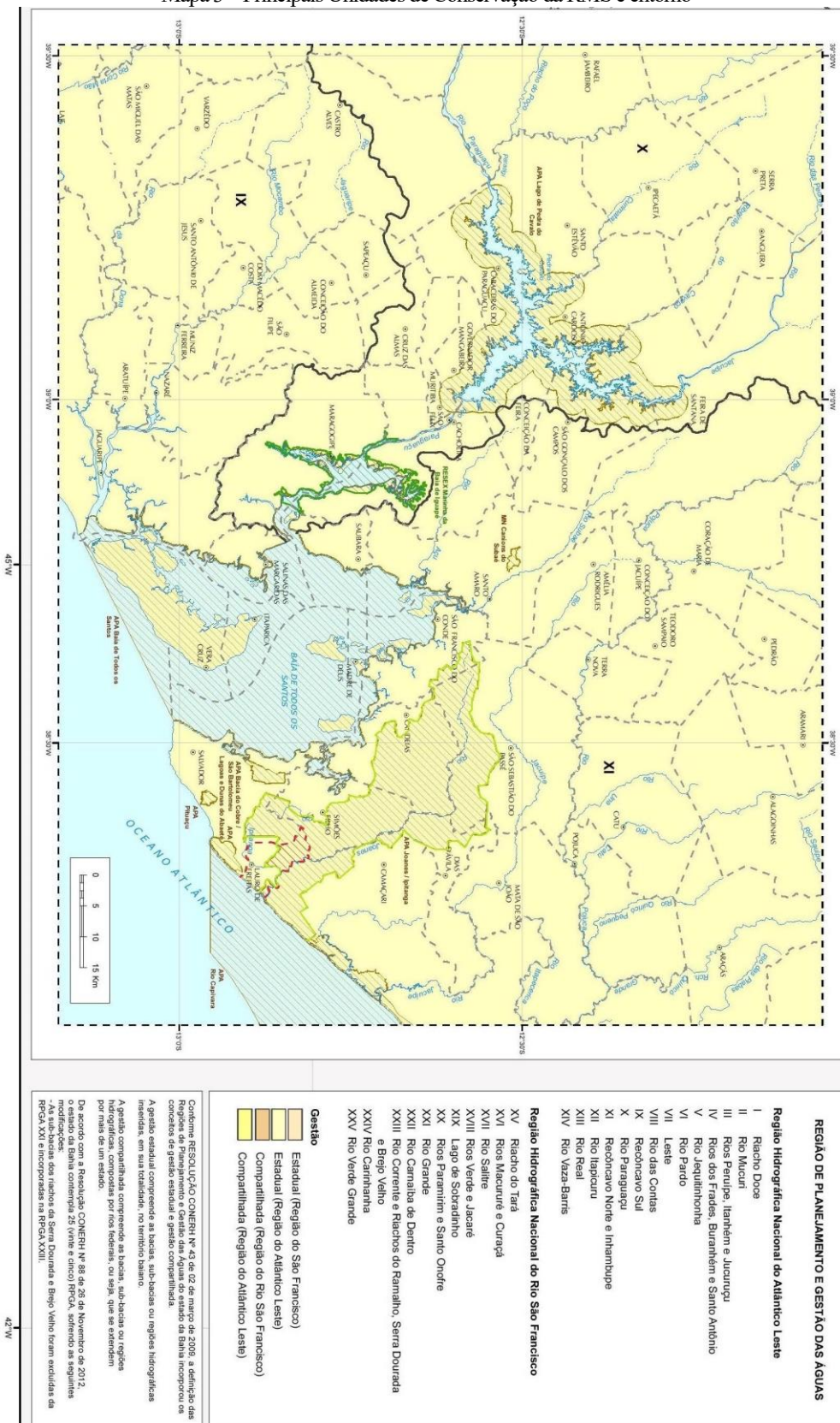
Outro elemento característico de Salvador, assim como de alguns dos principais destinos turísticos do Nordeste do Brasil, são as praias. O litoral soteropolitano é composto de cerca de 50 quilômetros de litoral – incluindo a Ilha de Maré. Com isso, Salvador ainda se constitui, notadamente, num destino de sol e praia¹².

¹¹ Válido mencionar que, para instâncias como IBGE e CONDER, por exemplo, a extensão territorial de Salvador é de 693.276km², por conta de ser contabilizada, também, certa parcela da Baía de Todos os Santos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014; BAHIA, 2014b).

¹² Na Bahia, 43,5% do fluxo doméstico total e 64,8% do fluxo internacional total têm como principal motivação da viagem o lazer, desses 58,8% do fluxo doméstico e 52,7% do fluxo internacional têm no “Sol e Praia” seu principal interesse (BAHIA, 2012).

A Costa dos Coqueiros é a quarta Zona Turística (ZT) de maior atração de fluxo turístico na Bahia, perdendo apenas para a capital Salvador, Costa do Descobrimento – que tem em Porto Seguro sua grande potência – e Caminhos do Oeste. A zona responde por 5,3% do montante total de visitantes que o estado recebe (BAHIA, 2008a). Composta por 7 municípios (Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João), representativa parcela do território da ZT é composta por Unidades de Conservação (UCs), das quais as principais são as Áreas de Proteção Ambiental (APA) Litoral Norte e a Joanes – Ipitanga, evidenciado no mapa a seguir, o que faz com que, apesar de problemas ambientais encontrados na área, esta tenha nos atributos naturais seus maiores atrativos.

Mapa 3 – Principais Unidades de Conservação da RMS e entorno



Fonte: Bahia (2014)

Apesar da quarta colocação em fluxo, Silva *et al.* (2008, p. 199) advogam que a região “[...] é de longe o mais importante de todos [os destinos turísticos do estado], com 69% dos investimentos, 77% das unidades habitacionais e 68% dos empregos.” É evidente que, nesta afirmação, não se dá total relevância ao fator fluxo, mas ao montante de investimentos que a região atrai, afinal este também é um dos sinais da atratividade potencial da região.

As localidades de maior representatividade dentro da Costa dos Coqueiros são, notadamente, Praia do Forte e Costa de Sauípe, além de Imbassaí, no município de Mata de São João. Estes três destinos, juntos, são responsáveis por 4,5% do fluxo total do estado, ou seja, mais de $\frac{3}{4}$ do fluxo da Costa dos Coqueiros. Mata de São João é, portanto, o terceiro município com maior participação no fluxo da Bahia – o segundo lugar fica por conta de Porto Seguro, que recebe cerca de 9% do fluxo do estado. (BAHIA, 2008b).

Trazendo as considerações para a região de maior interesse deste trabalho, a RMS, esta tem sua constituição resultante de intensos movimentos econômicos voltados para a modernização das atividades em municípios de entorno de Salvador, que outrora tinham como base atividades do setor primário. Foram implantadas atividades tais como

[...] a extração de petróleo no município de Candeias, a instalação de uma refinaria em São Francisco do Conde e de um terminal marítimo em Madre de Deus, a implantação do Pólo Petroquímico em Camaçari e a **crecente urbanização de Simões Filho e Lauro de Freitas**, contribuindo para uma diferenciação significativa no âmbito da região. (CARVALHO; PASTERNAK; BÓRGUS, 2010, n.p., grifo nosso).

Surgia, assim, segundo os autores, uma dinâmica nova tanto em Salvador quanto, e especialmente, nos vizinhos supracitados. Essa que fortalece os laços da capital com sua zona fronteiriça, em especial através de laços de moradia e deslocamentos para o local de trabalho.

Na ZT Costa dos Coqueiros, três dos treze municípios da RMS (Camaçari, Lauro de Freitas e Mata de São João) estão situados. Outros três estão inseridos na Zona Turística Baía de Todos os Santos (Itaparica, Vera Cruz e Salvador), os demais municípios não pertencem a nenhuma das zonas turísticas delimitadas pelos órgãos oficiais de turismo do estado.

Desses seis municípios citados, dois receberão maior destaque nas seções que se seguem – por se tratarem dos reais focos deste estudo –, são esses: Salvador,

capital e cidade mais consolidada no turismo em nível estadual; e, com relevância ainda maior para este estudo, Lauro de Freitas, município da RMS com relações mais estreitas com Salvador, muito em função da proximidade e das ligações viárias entre essas.

3.2 O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS

Valendo-se da complexidade de temas que este estudo agrega e as necessidades pressupostas por seu objetivo, trazendo como foco Lauro de Freitas em primeira instância e, seguidamente, Salvador –; se contextualizará a primeira, a fim de se estabelecer o devido norte para as considerações das seções seguintes. Válido elucidar que, sobre Salvador, tratou-se de forma pouco precisa por conta desta, aqui, figurar como complementar da abordagem, tendo importância secundária. Em contrapartida, as considerações acerca de Lauro de Freitas serão abordadas com mais minúcia.

Lauro de Freitas é um dos treze municípios que compõem a Região Metropolitana de Salvador (RMS). Sua história evoca o remoto século XVI, mais precisamente 1552, quando Garcia d'Ávila ganha posse das terras do Litoral Norte baiano, sendo parte delas o território onde atualmente está situado Lauro de Freitas. No século seguinte, a futura sede municipal é marcada pela construção da matriz de Santo Amaro de Ipitanga, proporcionando o surgimento da freguesia de mesmo nome. Permaneceu com o nome até quando, em 1962, emancipou-se de Salvador tornando-se, então, o município de Lauro de Freitas, em homenagem ao político baiano Lauro Farani Pedreira de Freitas, falecido num acidente aéreo em 1950. A consolidação da criação do município de Lauro de Freitas se deu com a Lei Estadual nº 1753, de 27 de julho de 1962 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

Lauro de Freitas possui uma área total de 57,687 km², sendo, portanto, o segundo¹³ menor município, em área, da RMS; maior apenas que Madre de Deus, com cerca de 32 km². A população total estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014) é de 188.013 habitantes. Sobre o acesso a Lauro de Freitas, este se dá de forma bastante facilitada. Entre os motivos pode-se citar o fato do Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães estar situado no limite da capital com Lauro de

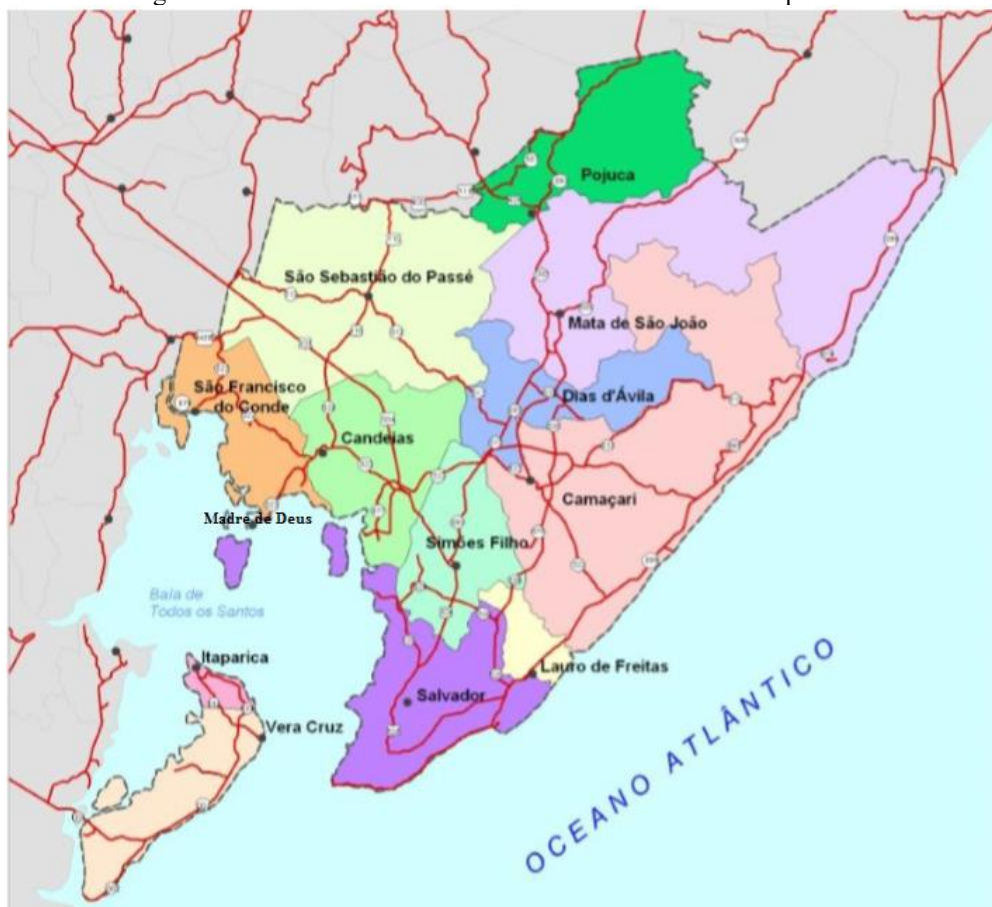
¹³ Terceiro lugar, se for considerada apenas a extensão territorial seca de Itaparica, cerca de 11km². Porém, como nos dados oficiais do IBGE (2014) é considerada uma faixa marítima na área total do município, o município passa a possuir, assim, uma extensão territorial maior que a de Lauro de Freitas.

Freitas. Outro motivo é a existência da Estrada do Coco (BA-099), que faz a ligação de Lauro de Freitas com o Litoral Norte do estado, e conseqüentemente com os estados ao norte da Bahia.

Como visto, no Cartograma 1 (p. 29) se pode ver a localização privilegiada de Lauro de Freitas na distribuição espacial dos municípios que compõem a RMS, visto que situa-se próximo aos municípios de maior desenvolvimento econômico, infraestrutural e industrial. O município, que faz fronteira com Simões Filho, Camaçari e Salvador, está conectado direta ou indiretamente, por meio de vias de acesso rodoviário, a todos os municípios da RMS, sendo a BA-099 a principal via de ligação. Além dos acessos citados, o mapa a seguir elucida as principais ligações viárias que Lauro de Freitas estabelece com os municípios que o rodeiam (BAHIA, 2013).

No Cartograma 2 abaixo, constata-se a rede viária que conecta os municípios da RMS. Destaque especial para Lauro de Freitas que, cortado pela BA-099, estabelece, a partir da via, conexão com outras vias que, por sua vez, conectam-se aos demais municípios da RMS.

Cartograma 2 – Conexões viárias entre Lauro de Freitas e demais municípios da RMS.



Fonte: Bahia (2013).

No âmbito dessas conexões que aproximam e firmam o município de Lauro de Freitas junto aos outros da RMS, é válido evidenciar um processo que ocorre, especialmente, entre ele e Salvador – a conurbação. E sobre este processo espacial teceremos algumas considerações nos parágrafos a seguir.

3.3 CONURBAÇÃO

Valendo-se da localização de Lauro de Freitas, assim como suas relações com a metrópole e outros municípios da RMS, vale teorizar as questões envolvidas nessas relações, visando compreensão mais plena da realidade urbana em questão. Nesse sentido, Corrêa (2002), tratando sobre a forma como se desenvolvem e consolidam as cidades, apresenta os seis processos espaciais – acompanhados de suas respectivas formas. Segundo o autor, estas etapas balizam o desenvolvimento de qualquer cidade. Os processos e suas formas espaciais equivalentes, listados pelo autor, são: centralização e a área central, descentralização e os núcleos secundários, coesão e

as áreas especializadas, segregação e as áreas sociais, dinâmica espacial da segregação e inércia e as áreas cristalizadas – não sendo pressuposta, necessariamente, essa ordem exata.

Para fins meramente ilustrativos, vale mencionar que a cidade de Salvador passou por todos estes processos. Desde a sua fundação, a partir da segunda metade do século XVI, tendo sido condicionada a uma reduzida área central¹⁴ – com ampliações não muito representativas – que comportava uma gama significativa de serviços. Era a manifestação de uma verdadeira centralidade¹⁵ que perdurou do século XVI até o início do século XX.

Em seguida, constata-se a passagem pela etapa da descentralização: a população cresce e o interior das muralhas que limitavam a antiga cidade-fortaleza já não mais suportava a população que passa a se desenvolver e multiplicar, inicialmente para o Além do Carmo e depois para outras áreas, tanto no entorno norte da cidade inicial, quanto mais afastadas ao sul – onde os proprietários mais abastados migram para bairros como Campo Grande, Politeama, Graça e, especialmente, para a área do Corredor da Vitória. Isto nas primeiras décadas do século XX.

A “Soterópolis” também passa pela terceira etapa - a coesão -, com a criação de espaços especializados na cidade, como o bairro do Comércio – fortalecido nas décadas de 1940-50 – que passa a, de fato, assumir protagonismo como centro econômico da cidade – com funções claramente explicitadas pelo próprio nome do bairro; assim como, décadas depois, a consolidação da “região do Iguatemi” como centro comercial da cidade – em especial a partir da construção do *shopping* que batiza a área, construído em 1975 (BOMFIM, 2010). Ainda hoje podem ser identificados espaços “coesos” em Salvador, como o comércio de peças automotivas em São Cristóvão ou concessionárias de automóveis importados na Av. Luis Viana, por exemplo.

As etapas quatro e cinco relacionam-se entre si, sendo, talvez, as mais claras na Salvador contemporânea: a segregação espacial. Soares (2007) reforça tal questão ao dividir a cidade do Salvador em dois blocos essencialmente díspares: um representando o território dos “herdeiros da pobreza” e, do outro lado, o “território dos abastados”. O

¹⁴ O atual Centro Histórico de Salvador.

¹⁵ Bomfim (2010) relata que, no século XVII, o atual Pelourinho se configurava no centro político-administrativo e cultural-religioso da cidade do Salvador, tal era a concentração de serviços, ativos, instâncias governamentais e, especialmente, pessoas na então – e até hoje – reduzida área.

autor harmoniza-se a Corrêa (2002, p. 36) que, neste sentido, afirma que “São os processos espaciais, responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista”. Ou seja, a distribuição e o ordenamento geográficos da cidade não são fortuitos, mas precisamente organizados segundo interesses econômicos e classicistas. Em suma, a organização espacial é um reflexo da distribuição social das cidades. Justamente por conta desse alinhamento entre distribuição espacial e divisão social que chega-se à última das etapas listadas por Corrêa (2002): inércia com suas áreas cristalizadas.

O processo se resume à “permanência de certos usos em certos locais” (CORRÊA, 2002, p. 76), mesmo que não mais existam as razões que justificaram sua inserção ali. Dois fatores são representativos para a inércia de determinado espaço: sentimentos e simbolismos. Ambos são variáveis que influem diretamente para a inércia e consequente cristalização de áreas, visto que, em muitos casos, os únicos motivos para o mantimento das formas e usos de certos espaços são a carga simbólica que esses mantêm.

O processo é marcado por um relativismo tão acentuado que é necessário atentar para suas peculiaridades. Em certos centros turísticos, por exemplo, ocorre processo semelhante: são mantidas as características estéticas de determinados espaços, criando, assim, uma área de atratividade resultante da pseudo-conservação daquela área. Contudo, os usos ali contidos são totalmente distintos dos iniciais, o que caracteriza, ainda segundo Corrêa (2002), outro processo, o de substituição ou invasão-sucessão – que não receberá ênfase por não ter relevância justificada no recorte deste estudo.

Por mais que, *a priori*, a apresentação desses processos possa parecer desnecessária para o desenvolvimento do proposto para este estudo, o entendimento destes é relevante para a compreensão de um processo cuja relação com os objetivos estabelecidos aqui é íntima: a conurbação. Os seis processos apresentados acima, ainda segundo Corrêa (2002), podem ser considerados “circulares” – no sentido de que não estagnam, mas continuam acontecendo durante o desenvolvimento das cidades – e não têm precisamente uma ordem de ocorrência, de acordo com uma série de variáveis presentes na complexidade das cidades modernas. Porém, todos estes têm em comum o fato de ocorrerem em função do crescimento das cidades, por mais que a conduzam por caminhos desiguais. Precisamente nesse sentido que o processo de conurbação

assemelha-se aos primeiros, visto que este último só ocorre em função do crescimento de dado centro urbano.

Sobre esse processo, Villaça (2001, p. 49) sintetiza-o como sendo a “fusão de áreas urbanas”. Apesar de bastante sucinto, tal definição é clara no tocante a quem o termo faz referência. Vale ressaltar que o autor trata-o como termo próximo ao de metropolização, como se tem discutido desde o início do trabalho. No entanto, mesmo considerando já suficiente o trecho supracitado, ele complementa-o, afirmando que, para fins de explicação, a ocorrência deste se dá “quando uma cidade passa a absorver núcleos urbanos localizados a sua volta, pertençam a eles ou não a outros municípios.” (VILLAÇA, 2001, p. 51). Pode-se concluir, assim, que tal processo tem resultados semelhantes com o de descentralização, para o qual Corrêa (2002) apresenta uma série de justificativas, entre elas o crescimento da cidade, seja demográfica ou espacialmente falando. A diferença fundamental entre eles é que a descentralização a qual se refere Corrêa ocorre no interior de dado centro urbano, todavia, a conurbação, como trata Villaça (2001), pressupõe necessariamente a integração de dois ou mais centros urbanos. Porém, “[...] estes processos e formas espaciais não são excludentes entre si, podendo ocorrer simultaneamente na mesma cidade ou no mesmo bairro [em nosso caso, cidades]” (CORRÊA, 2002, p. 37).

Ambos os processos são evidentes em diversas cidades do Brasil, como: Recife e Olinda, Rio de Janeiro e Niterói, Santos e Guarujá, São Paulo e Guarulhos, Salvador e Lauro de Freitas etc. O fator-chave deste é a forte integração entre dois centros urbanos, estes que, em se tratando mais especificamente dos dois últimos municípios citados (Salvador e Lauro de Freitas) ocorre desde a década 1960, sendo reforçada, especialmente nas duas décadas seguintes, sobretudo por conta da abertura das vias de acesso Estrada do Coko (implantada na década de 1960) e Avenida Luís Viana (também na década de 1970), além do Polo Petroquímico de Camaçari (na década de 1970) e, consolidando o processo de conurbação das cidades em evidência (CARVALHO; PEREIRA, 2008; VIEIRA NETO, 2005).

Aqui, todavia, se enfatizará uma das formas de ocorrência da metropolização, a turística, uma vez que sua efetivação constitui-se em tema bem próximo ao objetivo central deste estudo. Apesar da definição apresentada na seção anterior, acredita-se ser necessária a apresentação de uma segunda visão, complementar à primeira – já considerando o entendimento das questões trazidas no corpo da presente

seção. Mascarenhas (2010) define como sendo, basicamente, a influência da metrópole sobre sua região metropolitana de modo que se possa converter os locais do entorno – as quais o turismo seja fator de interesse – em regiões turísticas. Assim como na maioria das cidades conurbadas no Brasil, cujas metrópoles são turísticas, inclusive as citadas anteriormente; a grande problemática que se insere não é fortalecer o reconhecido processo de integração – conurbação – dessas cidades, mas desenvolver, nesse mesmo ritmo e sentido, a atividade turística existente na metrópole potencializando-a às cidades do entorno.

No caso específico do par Salvador–Lauro de Freitas, a conurbação é concreta, visto que as redes que fazem a ligação entre essas cidades – como transporte coletivo, por exemplo – estão bastante aproximadas e há realmente uma integração espacial entre as cidades, uma vez que a “zona de amortecimento” entre uma e outra é pouco ou nada percebida. Para se ter uma ideia melhor, todas as linhas de transporte coletivo por ônibus, em Lauro de Freitas, têm seu destino final ou passam em algum trecho da capital Salvador.

Os processos espaciais que aconteceram no decorrer do desenvolvimento de Lauro de Freitas e, especialmente, Salvador, conduziram para uma relação intensa de troca, onde, partindo da capital existe um crescente fluxo rumo a segundas residências e, até mesmo, mudanças de endereço¹⁶; veraneio e afins em direção a Lauro de Freitas e, esta por sua vez, envia um crescente fluxo da “mercadoria força de trabalho” (VILLAÇA, 2005, p. 41) que realiza um movimento pendular diário (Lauro de Freitas–Salvador–Lauro de Freitas).

Com isso, se pode perceber que a conurbação entre Lauro de Freitas e Salvador é acompanhada do processo de metropolização, visto que, mais que conectadas por meio de determinadas redes, algumas das quais foram citadas no decorrer deste texto, a conexão é tão intensa que é perceptível a troca de fluxos entre essas cidades. – como se pressupõe na metropolização (SILVA *et al.*, 2008).

Tais movimentos podem ter implicações diretas no turismo, uma vez que, em se tratando do caso específico de Salvador – no caráter de capital turística –, sua aproximação ao município vizinho potencializa a pretendida articulação da atividade.

¹⁶Lauro de Freitas é o destino preferido pelos soteropolitanos em busca de imóveis. Segundo pesquisa da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (ADEMI), no ano de 2010, cerca de 20% da demanda total por imóveis, por parte dos soteropolitanos, é referente a Lauro de Freitas, (REBOUÇAS, 2010).

Todavia, conurbação ou metropolização, por si só, não se fazem suficientes para o sucesso da principal proposta deste estudo – a articulação intermunicipal entre Lauro de Freitas e a capital. Por isso, a seção seguinte apresenta alguns dos elementos que somam no desenvolvimento da atividade, com ênfase especial sobre o município de Lauro de Freitas.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TURISMO EM LAURO DE FREITAS/BA

Lauro de Freitas tem potencial turístico. Foi o que constatou a então Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)¹⁷ no ano de 1996, quando da atribuição do selo de cidade turística, como parte de um programa que já se estendia desde 1970. Neste, a EMBRATUR identificava as zonas de interesse turístico no país e, fundamentado em estudos da OMT, desenvolvia o método de inventariação turística (BRASIL, 2011). Com vistas à percepção das características naturais, culturais e infraestruturais que comprovem a afirmação anterior, se apresentará nessa seção alguns dos principais equipamentos voltados ao atendimento das atividades do setor, assim como atrativos e atrações de destaque em território laurofreitense.

4.1 URBANIZAÇÃO TURÍSTICA

Antes de serem apresentados os principais equipamentos da infraestrutura de Lauro de Freitas – proposta principal para as considerações da presente seção – é imprescindível que se apresente uma definição que, para este momento, se faz de todo necessária: urbanização turística. O termo alia-se intimamente com a ideia basilar apresentada desde o início deste estudo e discutida no decorrer dele, leia-se a metropolização turística. A urbanização turística configura-se em uma das ramificações resultantes do complexo processo da metropolização turística.

Mullins (1991 *apud* MASCARENHAS, 2010, p. 3) foi quem inicialmente utilizou o termo “urbanização turística” (do inglês “*tourism urbanization*”), fazendo referência, basicamente, “à constatação da existência e análise das formas específicas de produção do espaço urbano engendradas a partir da atividade turística, sobretudo quando esta se impõe como dominante na economia local.” O trecho deixa claro o caráter de modificador espacial que, segundo a lógica apresentada, o processo, no qual o turismo é protagonista, carrega. O autor foi um dos pioneiros na percepção das influências que a atividade turística exerce na organização dos espaços de cidades que têm no turismo uma de suas atividades principais, quiçá principal. Seguindo o ponto de vista do autor, a urbanização turística se insere oportunamente no processo de metropolização turística, complementando-o. Isto por conta do primeiro ser um dos

¹⁷ Atualmente denominado Instituto Brasileiro de Turismo, porém, sem alteração na sigla.

traços que ratificam a relevância da atividade turística para a localidade, uma vez que atua como um fomentador de desenvolvimento, visto que uma nova dinâmica passa a ser instalada na cidade ou região (MASCARENHAS, 2010).

Como visto nas seções iniciais deste estudo, a metropolização é um processo complexo; mesmo a metropolização turística – um dos vieses deste todo, por sinal um dos que recebe menor atenção, como constatou Mascarenhas (2010) – engloba um campo amplo. A urbanização turística segue no mesmo passo, posto que se constitui num processo que envolve variáveis distintas. Nesse sentido, Mascarenhas (2010) apresenta uma questão de relevante compreensão para o entendimento da viabilidade da proposta deste estudo. No rol das modificações conferidas às cidades por meio do processo em análise, já considerando que as regiões metropolitanas são sabidamente áreas de apoio à metrópole, o autor afirma que, mais do que simples bases de apoio, as cidades urbanizadas turisticamente são potencialmente “redutos de prazer” de suas respectivas metrópoles.

“Território adormecido”, “redutos espaciais de consumo hedonista”, “distrito de amenidades”, locais dedicados “à fantasia do consumo” (MASCARENHAS, 2010; ARAÚJO; 2010); essas são algumas das classificações atribuídas às áreas nas quais se dá o processo de urbanização turística – cujas características já podem ser inferidas a partir dos nomes. Não obstante às benesses que o processo pode desencadear à cidade ou região na qual ocorra, há uma série de impactos que devem ser levados em consideração durante a turistificação¹⁸ do local. A menção a esses aspectos, no entanto, será precedida da apresentação dos principais equipamentos e infraestrutura de Lauro de Freitas. Isto porque, uma vez conhecida a realidade do município, a apresentação desses potenciais impactos torna-se mais compreensível, por estarem aplicados num contexto previamente conhecido.

4.2 INFRAESTRUTURA, ATRATIVOS E ATRAÇÕES PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA

Segundo levantamento preliminar, disponível como “Anexo A” deste trabalho (LAURO DE FREITAS, no prelo), da prefeitura de Lauro de Freitas, na figura

¹⁸ Enquanto apropriação de um espaço pelo turismo (ISSA; DENKER, 2006).

do Departamento de Turismo (DETUR), a cidade possui 41 bares e restaurantes pré-cadastrados, além de três sorveterias.

Na categoria hospedagem, as unidades já contabilizadas pelo mesmo diagnóstico são 34, entre pousadas e hotéis, distribuídos especialmente pelos bairros de Vilas do Atlântico, Buraquinho e Ipitanga, além do entorno de Centro e da Estrada do Coco, Portão, Caji e Itinga, em proporção bem mais reduzida.

No tocante às agências de viagem e turismo, Lauro de Freitas conta com 29 unidades diagnosticadas. Todavia, é válido que se esclareça que, pelo próprio caráter de empresa de pequeno porte que as agências assumem, e por serem novas em sua maioria, o percentual de falências é bastante alto nos primeiros anos¹⁹. Com isso, por mais que este estudo seja recente – ainda está em processo no ano corrente – há que se ter como conhecida a possibilidade de imprecisão nos números apresentados tendo em vista os fatores citados.

Um dos grandes diferenciais de Lauro de Freitas frente à cidade de Salvador são as barracas de praia – ao menos nos últimos anos, depois da retirada de tais equipamentos da capital. Lauro de Freitas possui catalogadas 19 barracas, distribuídas pelos 8,5 quilômetros de orla marítima que o município possui. A Buraco da Velha, por exemplo, se tornou tão importante na região onde está instalada que chega a emprestar seu nome para uma determinada faixa da praia de Vilas do Atlântico – a Praia do Buraco da Velha.

No entanto, quando observamos os equipamentos e serviços turísticos de modo geral, na cidade de Lauro de Freitas, o fator que mais chama a atenção é a distribuição espacial destes. Dos 41 bares e restaurantes citados, por exemplo, mais de 50% deles (22 estabelecimentos), está localizado no bairro de Vilas do Atlântico. No quesito hospedagem a tendência também é mantida pois, apesar de não ser o bairro campeão no quesito, a diferença não é grande. Ipitanga, primeiro colocado, conta com onze e Vilas do Atlântico com nove, de um total de 34²⁰.

Esta tendência, no entanto, não é nenhuma anormalidade, tampouco característica exclusiva de Lauro de Freitas. Em boa parte das cidades turísticas é possível notar uma “superioridade” de determinados espaços em relação a outros. Para

¹⁹Segundo consultor do SEBRAE/SP cerca de 60% das empresas fecham as portas até o segundo ano. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2010/10/sebrae-aponta-que-60-das-empresas-fecham-portas-ate-o-segundo-ano.html>>. Acesso em: 13 out. 2014.

²⁰Lembrando que consideramos aqui apenas os equipamentos catalogados pelo diagnóstico de equipamentos turísticos, ainda em processo, do DETUR municipal cedidos para o autor deste estudo.

elucidar um pouco melhor a questão, vale observar a cidade de Salvador, por exemplo. Na capital existe uma série de espaços apropriados pelo turismo, em quantidade significativamente maior que em Lauro de Freitas. Isto por questões relacionadas desde sua extensão territorial, até o nível de historicidade de ambas – onde Salvador foi palco de inúmeros episódios que marcaram diversos espaços da cidade, o que, por esse motivo, potencializa a atratividade turística da cidade visto que a municia de atrativos. Porém, é inegável a existência de espaços privilegiados, no que tange ao turismo. Uma das maneiras mais claras de se perceber isso é através da observação dos mapas turísticos, especialmente os produzidos pela Bahiatura e SALTUR, respectivamente os órgãos estadual e municipal de turismo, que apresentam apenas um recorte da área da cidade, aquela considerada como sua “parte turística”.

O fenômeno é visível, ainda, além dos limites nacionais. Poncet [2010] alerta para a existência de sítios turísticos privilegiados – em relação ao espaço onde estão localizados – no entorno de Paris, o que ele classifica como “*L’Archipel des pépites de banlieue*”²¹, em referência ao entorno do núcleo central de Paris que, mesmo não sendo uma área turística, possui alguns pontos isolados de grande apelo turístico.

Em Lauro de Freitas, os bairros privilegiados, no que diz respeito ao turismo, são Vilas do Atlântico, por concentrar uma infraestrutura de serviços e equipamentos e, também, por possuir uma faixa litorânea extensa e esteticamente atrativa; Ipitanga e Buraquinho, por conta de ambos serem bairros litorâneos e, por isso, possuírem o atrativo natural mais buscado não só na Bahia, mas no Brasil: as praias²². Fugindo do mérito das questões pelas quais esses bairros concentram boa parte da infraestrutura especializada da cidade, vale enfatizar, ainda, outros atrativos que a cidade possui, até mesmo para balizar melhor as considerações acerca da distribuição espacial dos atrativos em Lauro de Freitas.

Para seguir uma lógica que viabilize uma melhor compreensão dos principais sítios passíveis de visitação turística na cidade, apresentá-los-emos seguidamente, juntos às características principais que atribuem atratividade ao atrativo ou atração. No tocante às práticas esportivas, por exemplo, a cidade apresenta algumas

²¹Arquipélago de pepitas do subúrbio (tradução nossa).

²²Nesse sentido, estudos realizados em 2004 e 2006 revelam que, dentre os principais aspectos motivadores da visita ao Brasil, destacam-se as belezas naturais e, dessas, 37% respondem pelas praias (BRASIL, 2010b). Válido mencionar, também, que, em 2007 e 2009, pesquisa sobre Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, descobriu-se que mais de 64% dos turistas elegeram as praias brasileiras como roteiro preferido. (BRASIL, 2007, 2009).

opções destacáveis, tais como o Equus Clube do Cavalo e o Vilas Tênis Club, ambos situados no bairro de Vilas do Atlântico, além do Estádio Dr. Gerino Souza Filho, no Centro. Os dois primeiros são equipamentos voltados ao hipismo que, por mais que não seja um esporte popular no Brasil, tem um público cativo (tanto que todos os anos nos espaços ocorrem campeonatos estaduais e regionais da modalidade). O Equus Clube do Cavalo possui uma área verde total de quase 33 mil m², tendo recebido, a partir de 2011, a classificação de Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA). Atualmente o clube possui uma média de 100 credenciados (CLUBE..., 2011).

Juntamente com o Vilas Tênis Club – espaço com seis quadras de tênis, sendo quatro do tipo Lisonda e duas Saibro; uma piscina semiolímpica; dois campos de futebol gramados; uma quadra poliesportiva e outra de vôlei de praia distribuídos num terreno de pouco mais de 40 mil m². Estes fortalecem o dito anteriormente acerca da maior disponibilidade de equipamentos e áreas de lazer do bairro de Vilas do Atlântico – assim como da inclinação de Lauro de Freitas para as práticas esportivas.

O estádio Municipal Dr. Gerino de Souza Filho é um dos pontos fortes da cidade no tocante ao fomento de deslocamentos turísticos ou excursões de indivíduos ou grupos que acompanham os jogos de futebol. Com capacidade para dois mil espectadores, o estádio tem registrado importantes partidas de campeonatos amadores, regionais e, até mesmo, nacionais; como é o caso de algumas partidas do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino. Nesse sentido, segundo o Secretário de Turismo, Esporte e Lazer de Lauro de Freitas (SETEL), João J. Bonfim, a cidade tem feito esforços para atração de campeonatos regionais e nacionais para que se crie uma efervescência no turismo de esportes²³ que, ainda segundo o secretário, é um dos principais potenciais da cidade (2014, informação verbal)²⁴.

Importante mencionar o Centro Pan-americano de Judô, mais novo equipamento desportivo do município, inaugurado em 28 de julho de 2014, que possui capacidade para 1900 pessoas, além de alojamentos para até 72. Onde existe, ainda, um prédio administrativo com teatro, auditório para até 200 pessoas, salas de apoio,

²³ Para fins de esclarecimento, “Turismo de Esportes compreende as atividades turísticas decorrentes da **prática, envolvimento ou observação** de modalidades esportivas.” (BRASIL, 2006, p. 23, grifo nosso). BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: marcos conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2014.

²⁴ Entrevista realizada pelo autor deste trabalho com o Secretário Sr. João J. Bonfim, na sede da SETEL, em Lauro de Freitas, no dia 19 de setembro de 2014.

vestiários e academia, além de uma quadra poliesportiva, estacionamento com 500 vagas, pista de corrida de 100 metros, piscina etc. A implantação do equipamento em Lauro de Freitas é, portanto, mais um acréscimo ao desenvolvimento da atividade turística que está caminhando no município.

As Figuras 2 e 3 apresentam o equipamento interna e externamente.

Figura 2 – Centro Pan-americano de Judô em Lauro de Freitas - fachada.



Fonte: Centro Pan-americano... (2014)

Figura 3 – Centro Pan-americano de Judô de Lauro de Freitas – parte interna



Fonte: Bahia (2014c)

No caso específico do judô isso se deve, em muito, pelo fato de que não só o judô, mas as artes marciais como um todo, ganharam bastante força nos últimos anos – no Brasil, especialmente a partir de 2011 – e engrenaram numa crescente que tem atingido um público bastante expressivo (FILHO; SANTOS, 2014). Logo, um equipamento desse porte, com capacidade para receber eventos nacionais e internacionais, é de grande valia para uma cidade que já vê nos esportes um dos seus grandes potenciais de atração de fluxos turísticos – como foi visto na declaração do secretário.

Outro equipamento importante na infraestrutura da cidade é a Concha Acústica Roger Batera, inaugurada em 2011. Pode-se ver o equipamento na Figura 4.

Figura 4 – Concha acústica de Lauro de Freitas



Fonte: Alves (2012).

Considerando a conhecida sazonalidade do turismo, equipamentos como a concha acústica são indispensáveis ao enfrentamento desse fator. Isto, em função de que os eventos, para o turismo, têm sido uma das principais forças na quebra da sazonalidade, através de concertos, saraus, festivais e eventos musicais de modo geral, pois possuem grande capacidade de atração de pessoas – isso inclui não só o nativo de Lauro de Freitas, mas visitantes de outras localidades, a depender da natureza do evento.

Em atendimento às demandas referentes às atrações musicais, pode-se citar uma casa de show do município: Armazém Vilas. Este está situado em Vilas do Atlântico e é um dos pontos mais badalados das noitadas no município. O Armazém Vilas abriu as portas em 2006, como bar-restaurante, porém, consolidou-se enquanto casa de shows, mantendo a sua oferta culinária. Com capacidade para aproximadamente 2 mil pessoas, o local é importante equipamento de atração de soteropolitanos e turistas, tendo presença certa não só na programação cultural de Lauro de Freitas, mas, também, na agenda cultural de Salvador, muito por conta de suas atrações musicais de peso no cenário musical do país.

Nesse rol de atrações e atrativos de Lauro de Freitas, não se pode deixar de falar de uma das principais práticas culturais da localidade, a Capoeira – sobre a qual daremos maior evidência –, esta que faz parte das tradições do município desde muito antes de sua emancipação. Um dos marcos do fortalecimento da capoeira é a criação da primeira academia, no ano de 1973, sob o comando do mestre Sérgio. Num estudo realizado em 2005 pela Inovare Consultoria Ltda., registrou-se a existência de 36 grupos de capoeira. Hoje, nove anos depois acredita-se que o número já ultrapassa os 50 (DUARTE, 2007).

Em julho de 2005, após mobilização de capoeiristas da cidade, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) firmou um convênio com a prefeitura de Lauro de Freitas dando o ponto de partida para o projeto do Polo de Capoeira. Este objetivava “além de gerar oportunidades para o setor, também proporcionar uma identidade temática à cidade.” (DUARTE, 2007, p. 3). O processo estimulou a capoeira no município, visto que o apoio dado pelo Sebrae não desencadeou apenas a criação do Polo, mas da Coopercapoeira – cooperativa que daria continuidade não só à gestão do polo, iniciada pelo Sebrae, mas, também, ações voltadas ao empreendedorismo cultural.

O projeto desenvolveu-se e logo foram inauguradas lojas temáticas do Polo de Capoeira, tanto no Complexo Hoteleiro de Sauípe, através de parceria com a Sauípe S/A, quanto no Aeroporto Internacional de Salvador, por meio de parceria estabelecida, também, com a Infraero Aeroportos Brasileiros. Tudo isto viabilizado por uma parceria primeira, com a Coco Doce Indústria de Confeções, que passou a produzir moda capoeira a partir de meados de 2006.

A aliança entre capoeiristas, prefeitura municipal de Lauro de Freitas e Sebrae/BA proporcionou, ainda, a criação da Orquestra de Berimbaus, que se tornou

uma das principais fontes de renda da cooperativa, juntamente com as lojas temáticas. Assim, a capoeira se consolidou no município, dando passos mais firmes e largos. Atualmente o município conta com uma média total de 25 grupos de capoeira²⁵ em atividade – evidenciando o desenvolvimento real da capoeira no município.

Outro elemento de presença cultural marcante no município são os terreiros de candomblé. Lauro de Freitas ocupa o terceiro lugar em concentração de terreiros, ficando atrás apenas de Cachoeira, no Recôncavo baiano, e Salvador. A partir de levantamento da antiga Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT) de Lauro de Freitas, e da Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro (FENACAB), constata-se a existência de 417 terreiros no município (ARAGÃO, 2012; MENDES, 2013).

Destes, três são passíveis de destaque por conta de possuírem proteção oficial do estado da Bahia, com o tombamento firmado a partir dos decretos nº 9.071/04, nº 9.071/04 e nº 9.743/05. São eles: São Jorge Filho da Gouméia, *Ilê Axé Opô Aganju* e *Ilê Axé Ajagunã* (OLIVEIRA, 2010).

O principal deles é o terreiro São Jorge Filho da Gouméia. No local existe, ainda, o Museu Comunitário Mãe Mirinha de Portão, onde está, desde 2005, a exposição sobre a vida de Mãe Mirinha. O museu tem seu acervo “composto por objetos em ferro, prata, madeira, palha, tecido, papel e outros materiais. Os objetos pertenceram à Mãe Mirinha de Portão [...]” (MUSEU..., 2012).

Ainda em referência às heranças culturais presentes no município, pode-se citar a Reserva indígena Thá-Fene. Somada a outros onze povos, a reserva completa o cenário atual dos grupos indígenas ainda presentes na Bahia (RIBEIRO; JARDIM, 2012). Instalada no ano de 1996, a partir da junção de membros das etnias *Fulni-ô* e *Karir-xocó* – oriundas de Pernambuco e Alagoas respectivamente – a reserva indígena comporta um terreno total de 2,8 ha (ALMEIDA, 2013; BAHIA, 2013). Situada a “[...] dois quilômetros de estrada de terra a partir da Estrada do Coco [...], na rua Quingoma de Baixo, localidade de Quingoma (Lauro de Freitas), próximo do bairro de Vida Nova, encontra-se a Reserva indígena Thá-Fene.” (CUNHA, 2008, p. 42). A Reserva conta com uma população total de cerca de 40 indivíduos, numa média de 9 famílias (BAHIA, 2013). O líder da reserva é Wakay, de etnia *Fulni-ô*.

²⁵Informação obtida a partir de entrevista informal com Mestre Beto, do Grupo Filhos da Bahia – grupo de capoeira laurofreitense comandado por Mestre Sérgio.

A reserva tem uma boa abertura para visitas, nas quais os residentes apresentam alguns traços de sua cultura e modo de vida a crianças e adolescentes de escolas do município, assim como para pesquisadores e demais curiosos. Esta se constitui, portanto, em um dos grandes potenciais destinos étnico-culturais de Lauro de Freitas, uma vez que retrata um modo de vida de uma parcela hoje pouco representativa numericamente, mas que teve sua importância na história da formação do povo brasileiro.

É importante citar a Igreja Matriz de Santo Amaro de Ipitanga, como se vê na Figura 5.

Figura 5 – Matriz de Santo Amaro de Ipitanga



Fonte: Paróquia de... (2012).

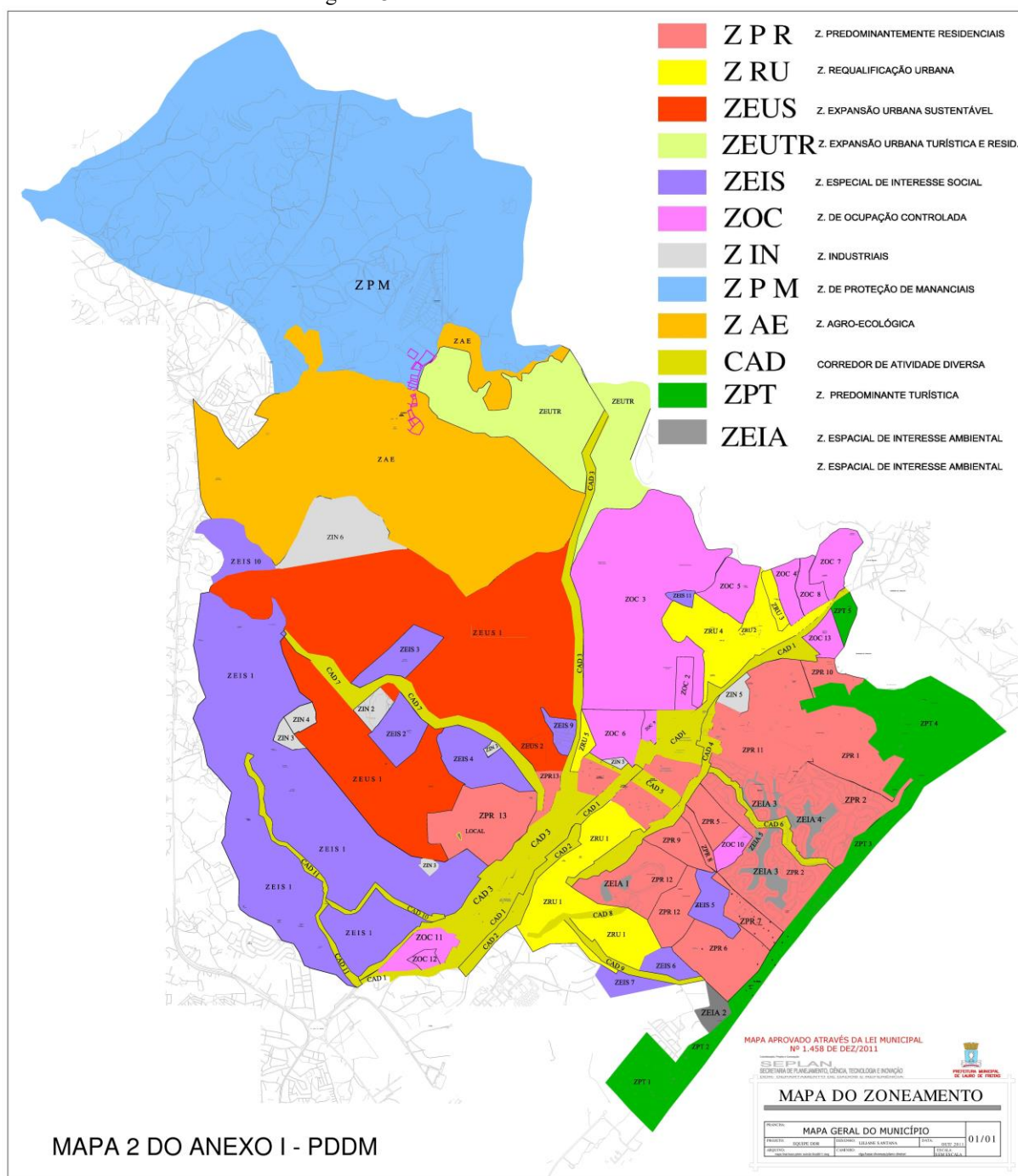
Situada no ponto mais alto do centro da cidade, a igreja data de meados do século XVII. Segundo o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) a igreja se constitui no púnico monumento de relevante valor histórico e artístico existente no município. Tombado desde 1944, pelo SPHAN, o monumento é um dos marcos da antiga freguesia de Santo Amaro de Ipitanga. Padroeiro da cidade que é

celebrado todos os anos, no mês de janeiro, sendo o maior evento religioso de Lauro de Freitas (IGREJA MATRIZ..., 2013).

Os equipamentos, atrativos e atrações supracitados são os itens principais que compõem a oferta turística do destino Lauro de Freitas. Como visto, a distribuição espacial deles não se dá de forma equivalente dentro do território do município – como de praxe na maioria dos destinos turísticos –, havendo certo privilégio para os bairros de Vilas do Atlântico, Ipitanga, Buraquinho (todos estes costeiros), além do Centro, em proporção menor.

Em 2011, a Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEPLAN) divulgou o Mapa do Zoneamento do município, anexado ao Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal (PDDM) de 2011, como se pode ver no Cartograma 3.

Cartograma 3 – Zoneamento de Lauro de Freitas.



Fonte: Lauro de Freitas (2008).

Observando o Cartograma 3 é possível perceber que, no próprio zoneamento da cidade, os bairros de Ipitanga, Vilas do Atlântico e Buraquinho já têm parte de seus territórios identificados como zonas onde se pretende desenvolver ou aperfeiçoar a atividade turística. A Zona Predominante Turística (ZPT) – em verde, no mapa acima –, além dos três bairros citados, abrange, ainda, parte do bairro de Portão, em especial as

margens do rio Joanes, nas proximidades da divisa com Camaçari – onde, por sinal, está situado o Terminal Turístico Mãe Mirinha de Portão²⁶.

Assim, nota-se certo avanço no pensamento do turismo em Lauro de Freitas por conta do estabelecimento da atividade como função urbana de determinadas áreas do município. E esta participação direta da esfera pública é, definitivamente, um dos passos de maior relevância para o desenvolvimento da atividade no município. Atualmente, em Lauro de Freitas, essa tarefa está a cargo da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer (SETEL). Sobre esta serão tecidas algumas considerações a seguir.

4.3 A SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER (SETEL)

Uma vez apresentados os principais equipamentos, atrativos e atrações que balizam a atratividade de Lauro de Freitas para a prática turística, faz-se necessário apresentar a instância do executivo municipal responsável pela organização, planejamento e gestão do turismo no município. A Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer (SETEL) é uma secretaria nova, ao menos em sua formatação atual – datada do final de 2013. Anteriormente o turismo figurava junto à cultura na antiga Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT), e a atual pasta onde o turismo está inserido denominava-se Secretaria de Trabalho, Esporte e Lazer (SETREL).

Cabe, tão logo, ressaltar que é a SETEL a principal responsável pelos possíveis impactos resultantes da urbanização turística em Lauro de Freitas. Cruz (2001), trata sobre alguns deles, tais como exclusão da população local de determinadas áreas, entrada da indústria estrangeira no mercado local – em alguns casos com incentivos fiscais por parte do Estado –, mudança brusca da dinâmica urbana sensível as populações autóctones etc.

Em entrevista realizada com o Secretário, foi possível ter uma percepção mais clara acerca das ações que a secretaria tem executado no intuito de desenvolver o turismo no município. Segundo o próprio, Sr. J. J. Bonfim, um dos principais focos atualmente são os esportes, muito por conta da cidade possuir equipamentos que proporcionam a realização de tais atividades, alguns deles citados na seção anterior. Exemplo dos eventos realizados é, por exemplo, o Campeonato Nacional de Caratê

²⁶ Antigo espaço turístico de referência em Lauro de Freitas, atualmente impossibilitado de receber visitas por conta de um longo período de manutenção precária no equipamento.

Interestilos, realizado no início de setembro de 2014. “Só de atletas tinham 800 aqui na nossa cidade”, afirmou ele (BONFIM, 2014, informação verbal). Outro evento esportivo de representatividade no município, com realização resultante de iniciativa da SETEL, foi o Campeonato Brasileiro de Vôlei da segunda divisão, no qual houve a participação de cerca de 200 atletas: “200 atletas ficaram alojados nos nossos hotéis aqui, ou seja, é o turismo”, afirmou o secretário J. J. Bonfim (2014, informação verbal).

Na secretaria, o turismo, pelo fato da primeira ser vinculada a outras atividades que também estão sob sua responsabilidade, tem boa parte de suas ações resultantes do diálogo entre dois atores: o Departamento Municipal de Turismo (DETUR) e o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). O departamento é gerido pelo Sr. Igor Fidelis que, por sua vez, afirma que a principal função do DETUR é “realizar estudos na cidade, sobre o desenvolvimento do turismo [...] e também pensar e elaborar ações para que venha desenvolver um trabalho no setor mais forte” (FIDELIS, 2014, informação verbal)²⁷.

Outro ator importante para uma articulação mais completa, de modo a permitir que se possa pensar em ações mais efetivas para a atividade, é o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Este foi instituído legalmente desde 2006, através da Lei Municipal nº 1167, de 16 de janeiro de 2006. Porém só passou a dar os primeiros passos de sua atuação através de uma segunda instituição legal, no ano de 2010, através da Lei Municipal nº 1.370, de 21 de maio de 2010. Atualmente Igor Fidelis – gestor do DETUR – é quem ocupa interinamente a posição de presidente do Conselho. E são essas as três instâncias principais na organização e planejamento do turismo em Lauro de Freitas, sendo as duas primeiras diretamente ligadas ao setor público – prefeitura municipal – e a última referente ao *trade*, ou seja, às empresas do setor turístico, conforme o SISTUR.

Por mais que seja uma secretaria nova, os desafios já são grandes, afinal Lauro de Freitas tem uma oferta de equipamentos, atrativos e atrações diversificada e com um poder de atratividade que pode ser explorado de forma mais eficaz.

Por mais que a execução das ações a que se propõe a SETEL sejam autônomas, tudo precisa estar em consonância com as diretrizes estabelecidas nacionalmente. Como, inclusive, foi versado quando da apresentação do Programa de

²⁷ Entrevista realizada pelo autor deste trabalho com o gestor Sr. Igor Fidelis, na sede do DETUR, em Lauro de Freitas, no dia 8 de outubro de 2014.

Regionalização do Turismo, no tocante à necessidade de que as ações regionais se balizem nas diretrizes federais, firmadas pelo MTur, órgão de representatividade máxima para o turismo no país. Considerando isto, na seção seguinte serão apresentadas algumas das principais diretrizes do PNT e, a partir do entendimento destas, se tecerão considerações acerca dos principais instrumentos formadores de políticas públicas em âmbito municipalizado. Voltando, assim, nossa atenção para os municípios de Salvador e Lauro de Freitas – com seus respectivos PPAs, PDDU e PDDM.

5 A ARTICULAÇÃO DO TURISMO ENTRE LAURO DE FREITAS E SALVADOR

Como visto na seção anterior, há em Lauro de Freitas uma secretaria municipal diretamente ligada à atividade turística. Esta trabalha em prol, entre outras coisas, do estabelecimento de articulações entre a atividade no município e na cidade de Salvador – visando a catalisação de seu desenvolvimento. Todavia, até o presente momento, desconsiderou-se um fator de fundamental importância para a concretização dessa proposta: uma justificativa plausível que aponte razões pelas quais seria interessante a Salvador fazer parte dessa articulação junto à Lauro de Freitas. Até porque já foram introduzidos alguns dos motivos para que Lauro de Freitas aceitasse e buscasse essa articulação – inclusive, tanto o secretário J. J. Bonfim quanto o gestor do DETUR, Igor Fidelis, advogam que o município já busca articular-se à Salvador através de diálogos intermunicipais, assim como ações que fortaleçam a atração de um maior público soteropolitano que, como segunda residência ou veraneio, direciona-se às praias do município. Como destacou J. J. Bonfim (2014, informação verbal), “[...] para que esse turismo seja bem visto, não só pelo pessoal que vem de Salvador – porque aqui é muito frequentado pelas pessoas de Salvador [...]”.

Assim, esta seção se dedicará à apresentação de justificativas e prerrogativas legais, tanto em âmbito federal quanto municipal – este último indicativo de instrumentos mais pontuais, referentes às realidades de cada um dos municípios aqui evidenciados – dispostas tanto no PNT, PPAs municipais e Planos Diretores de ambas as cidades. Isto a fim de que se note a viabilidade, aplicabilidade e relevância da articulação proposta neste estudo. Como não poderia ser diferente, se iniciará a partir do PNT, visto que trata-se de um instrumento federal, sob o qual estão todas as demais ações, projetos e diretrizes desenvolvidas para o turismo no país. Intrínseco a este, o Programa de Regionalização do Turismo também será tema de considerações, uma vez que a regionalização inevitavelmente figura no estabelecimento dessas relações a ponto de viabilizá-las junto aos demais instrumentos citados.

5.1 POSSIBILIDADES POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO: O PNT E AS DIRETRIZES DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO

De acordo com o MTur, “A formulação e o planejamento de políticas públicas devem ter como pressuposto a obtenção de resultados efetivos que se estendam a toda a sociedade” (BRASIL, 2013, p. 52). O trecho, destacado do PNT 2013–2016, evidencia a funcionalidade das políticas públicas de modo geral, ou seja, ser instrumento útil na resolução de uma demanda específica do Estado, de determinado setor ou atividade ou, acima de tudo, da sociedade de modo geral.

Em se tratando do turismo no Brasil – atividade de extrema abrangência, como visto no corpo deste texto –, a instância governamental máxima atualmente é o MTur. Este, desde 2003, desenvolve o Plano Nacional de Turismo como documento de maior autoridade, que “[...] segue uma estrutura lógica que interliga as diretrizes estratégicas, os objetivos e resultados esperados e a proposição e o desenvolvimento de programas, projetos e ações.” (BRASIL, 2013b, p. 9).

Por ser a mais abrangente das políticas públicas para o turismo no Brasil, se faz necessário apresentar, antes mesmo de qualquer outro, o Plano Nacional de Turismo em sua interface com a proposta de articulação da atividade turística entre Lauro de Freitas e Salvador. O PNT 2013–2016 é dividido em Diagnóstico; Diretrizes, onde está inserida a Regionalização; Visão de futuro; Objetivos específicos, dos quais o objetivo 4 é um dos mais relevantes no tocante à articulação entre cidades, em prol do desenvolvimento; Metas; Ações; e, por fim, Disposições finais. Nesse conjunto de itens logicamente articulados, como visto acima, nos ateremos a uma das proposições apresentadas entre as diretrizes do Plano, ou seja, a Regionalização.

Ainda segundo o PNT, “a regionalização é resultado de um processo de planejamento descentralizado e compartilhado, iniciado em 2003” (BRASIL, 2013b, p. 56). Por esse motivo, a diretriz reflete em muito o processo no qual foi desenvolvido, uma vez que tem como uma de suas principais bases a gestão descentralizada. Válido ressaltar que a política, mesmo descentralizada, é desenvolvida no afã de fortalecer a integração entre as unidades federadas (UFs), regiões turísticas e seus respectivos municípios, objetivando, portanto, a consolidação do Sistema Nacional de Turismo.

Nesse momento, então, o estudo se volta para a diretriz a fim de analisar as possibilidades de beneficiamento e desenvolvimento integrado da atividade turística em

Lauro de Freitas e Salvador. Isto por esta ter relação direta com a proposta focal deste estudo, visto que engloba a integração intermunicipal. Tamanha a importância dessa diretriz para a proposta geral do PNT, que, para esta, dedicou-se um programa específico – o Programa de Regionalização do Turismo, aludido de forma sucinta ao início deste trabalho.

Considerando que já foram dadas as noções básicas acerca do Programa de Regionalização do Turismo na seção 2, foca-se agora na sua aplicação prática à atual realidade dos municípios de Lauro de Freitas e Salvador. Assim, para o desenvolvimento do turismo nas duas cidades-referência deste estudo existem dois processos, semelhantes, porém não equivalentes, que podem ser desenvolvidos entre elas. Já se versou sobre ambos no corpo desse texto, são eles: metropolização e regionalização turística.

Em se tratando do primeiro, para Silva *et al.* (2008), o processo já é efetivo ao Norte de Salvador, sendo o Aeroporto Internacional de Salvador um dos protagonistas para este processo. Os autores elucidam os principais elementos consolidadores da metropolização turística entre a capital e alguns dos municípios ao Norte, em especial os pertencentes à RMS (Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João e São Sebastião do Passé) sendo eles, além do citado aeroporto, “serviços metropolitanos, particularmente relacionados com logística, dos recursos humanos e do próprio **produto turístico da capital** que é sempre integrado ao do novo eixo de expansão” (SILVA *et al.*, 2008, p. 197, grifo nosso). Logo, segundo os autores, existe uma integração à qual pode-se referir como metropolização turística, visto que há articulação entre municípios, na qual as atividades diretamente ligadas ao turismo estão representadas. Nesse processo, o protagonismo é centralizado na metrópole, que desenvolve seus serviços, atrativos, atrações e atividades de modo geral, em função da base proporcionada por sua região metropolitana.

No que diz respeito à Regionalização, o Programa de Regionalização do Turismo figura como elemento basilar em defesa da integração entre municípios e regiões como um todo, através da criação de referenciais e modelos. Para a facilitação do cumprimento dos objetivos propostos pelo plano, como já foi dito anteriormente, houve a criação de um o projeto complementar: 65 Destinos Indutores. Nesse sentido, Lauro de Freitas é um dos grandes privilegiados por conta de que, além de ser vizinho imediato de um dos protagonistas na integração metropolitana entre a capital e o litoral

norte – como trata Silva *et al.* (2008) sobre o aeroporto –, encontra-se próximo a dois dos cinco destinos indutores em território baiano, leia-se Mata de São João e Salvador. No tocante a esta última, para uma efetiva articulação turística com Lauro de Freitas há que se fortalecer, ainda mais, as redes já existentes entre os municípios. Isto porque, uma das diretrizes do PNT 2013–2016 aponta para “[...] a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento.” (BRASIL, 2013b, p. 8). O plano deixa claro que não basta apenas a proximidade territorial ou redes fortalecidas, mas que, para uma integração efetiva – segundo o ideal de regionalização do PNT – é imperativa, também, uma integração institucionalizada do turismo.

Para isso, se faz necessário imprimir uma articulação intermunicipal entre Lauro de Freitas e Salvador num acordo de cooperação bilateral visando desenvolvimento mútuo. Toma-se por base um dos objetivos específicos do Programa de Regionalização do Turismo, a saber “Promover a integração e o fortalecimento das instâncias colegiadas, nos estados, regiões e municípios, fortalecendo a Rede Nacional de Regionalização.” (BRASIL, 2013, p. 24). Assim, a efetivação dessa interação depende do diálogo entre a SETEL de Lauro de Freitas, em especial na figura do DETUR; e Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Cultura (SEDES)²⁸ de Salvador, representada pela SALTUR²⁹.

Nas já mencionadas entrevistas realizadas com Bonfim e Fidelis em 2014 (SETEL e DETUR, respectivamente), aponta-se para um desejo, da gestão do turismo na cidade, de desenvolvimento de uma articulação com a prefeitura de Salvador no âmbito do turismo. Inclusive, Fidelis, nesse sentido, menciona a Câmara de Turismo do Estado, uma das ações do Programa de Regionalização do Turismo em vistas da gestão descentralizada, uma das palavras-chave do Programa, e, ainda mais, da articulação entre municípios por meio do diálogo entre os gestores municipais, institucionalizando, assim, a articulação no bojo da regionalização.

²⁸ Visto que cabe à SEDES a “formulação e execução da estratégia de desenvolvimento do turismo no município do Salvador”. (SALVADOR, 2014, p. 4). SALVADOR. Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Cultura. **Cadastro Organizacional SEDES**. Salvador: Secretaria Municipal de Desenvolvimento, 2014, p.4. Disponível em: <www.salvador.ba.gov.br/index.php/2-uncategorised/42-inframe-cadastro-organizacional>. Acesso em: 02 nov. 2014.

²⁹ A esta compete “Formular, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar a política municipal de desenvolvimento do turismo”. (SALVADOR, 2014, p. 4). SALVADOR. Empresa Salvador Turismo – SALTUR. **Cadastro Organizacional SALTUR**. Salvador: Empresa Salvador Turismo, 2012. Disponível em: <www.salvador.ba.gov.br/index.php/2-uncategorised/42-inframe-cadastro-organizacional>. Acesso em: 02 nov. 2014.

Da parte de Salvador, George Barreto, diretor de *Marketing* e serviços turísticos da SALTUR, revela que não existem impedimentos à integração do turismo entre a capital e Lauro de Freitas ou qualquer outro município circunvizinho de Salvador. Porém ressalta que, como em qualquer trato de integração, a cooperação tem que ser bilateral, sendo, para isso, imperativo à Lauro de Freitas um preparo mais efetivo para a atividade – isto tanto do ponto de vista da infraestrutura quanto de capacitação de prestadores de serviços e, principalmente, criação/qualificação de atrativos. (BARRETO, 2014, informação verbal)³⁰.

Para além das instâncias municipais gestoras do turismo em Lauro de Freitas e Salvador, existem instrumentos e documentos legais que dispõem sobre o direcionamento que deve ser dado à atividade turística em ambos os municípios – como paradigmas que devem ser seguidos na esfera municipal. É uma espécie de cadeia hierárquica que tem em seu topo o MTur, passa pelos órgãos estaduais e regionais, até atingir as instâncias gestoras no âmbito municipal. Contudo, todas estas seguem as proposições de seu superior; desse modo, a atividade pode ser desenvolvida num mesmo direcionamento em todo o país, obviamente com toda flexibilidade necessária à adaptação dos paradigmas às peculiaridades de cada um desses espaços. Visto isso, na seção a seguir serão abordados alguns desses instrumentos, sendo estes de grande representatividade para a tomada de decisões nos municípios e, mais ainda, para a adoção de novas propostas em busca do desenvolvimento do setor, tal qual propõe-se aqui. São eles: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal (PDDM) de Lauro de Freitas, além dos Planos Plurianuais de ambas as cidades.

5.2 POSSIBILIDADE POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO: O PDDM DE LAURO DE FREITAS/BA E PDDU DE SALVADOR: COOPERAÇÃO E CORRELAÇÕES

Como já se mencionou, a estrutura da gestão do turismo no país respeita uma hierarquia bem delimitada e direta em suas diretrizes, tendo em cada uma das esferas do governo uma instância colegiada que trabalha em prol do cumprimento das

³⁰ Entrevista realizada pelo autor deste trabalho com o Sr. George M. Barreto, diretor de *Marketing* e serviços turísticos da SALTUR, na sede da SEDES, em Salvador, no dia 12 de novembro de 2014.

metas e objetivos firmados desde o PNT. Na esfera municipal, em referência às cidades aqui evidenciadas, tem-se dois instrumentos de grande relevância sobre os quais é imprescindível tecer algumas considerações, visto que, neles, estão contidos os pressupostos legais que fundamentam e viabilizam a articulação proposta neste estudo.

Apesar de não ser uma das principais atividades versadas no PDDU de Salvador, o turismo tem seu espaço, revelando por diversos momentos seu alinhamento com o programa de regionalização proposto pelo PNT. No capítulo II, por exemplo, quando dos Objetivos da Política Urbana do Município, o Plano propõe “compatibilizar os interesses de Salvador com os demais Municípios da sua Região Metropolitana, especialmente no que diz respeito à economia, ao uso do solo, à prestação de serviços públicos [...]” (SALVADOR, 2008, p. 6). Tão logo nota-se a já sinalizada inclinação do Plano Diretor em incentivo da integração entre Salvador e sua RMS, inclinação esta que, para Lauro de Freitas, é potencializada, em razão de já ser efetiva a aproximação entre esses municípios para outras atividades e, ainda, por já serem conurbadas.

Por ser uma atividade com forte viés econômico, como visto nas definições de turismo no início desse estudo, a atividade encontra espaço na diretriz, afinal, o turismo, hoje, é responsável por cerca de 20% do PIB da capital baiana (SANTOS, 2013). Em Lauro de Freitas o quadro não é muito diferente, o setor de serviços – no qual está inserido o turismo - responde por 70% de um PIB municipal de R\$2,3 milhões/ano. Logo, um setor de considerável participação econômica em ambas as cidades (BAHIA, 2009; ALBAN, 2013).

Há, num outro trecho do PDDU³¹, uma diretriz mais direcionada a Lauro de Freitas, onde se propõe

Compatibilizar as diretrizes do ordenamento territorial de Salvador com os ordenamentos de Lauro de Freitas e de Simões Filho, considerando os interesses locais e metropolitanos relativos ao uso e ocupação do solo das áreas conurbadas e em processo de conurbação. (SALVADOR, 2008, p. 107, grifo nosso)³².

³¹ Título VIII – Do ordenamento territorial, Capítulo I – Das disposições gerais, Art. 130, X.

³² A proposição é fortalecida, ainda, quando o Plano trata da Ocupação Urbana, Art. 151: “V - conciliação dos interesses de Salvador com os dos Municípios de Lauro de Freitas e de Simões Filho quanto ao desenvolvimento das áreas conurbadas situadas no eixo Paralela-Estrada do Coco, ao longo da rodovia BA-526 (CIA – Aeroporto) e nas imediações da região dos Subúrbios Ferroviários (SALVADOR, 2008, p. 117).

Aqui, mais ainda, o plano dá margem para articulações mais intensas na atividade turística entre as duas cidades, especialmente por conta de que, parte do território em que Lauro de Freitas faz fronteira com Salvador – Ipitanga, em Lauro de Freitas, e Praia do Flamengo, em Salvador – constitui-se numa ZPT, como visto anteriormente, quando da observação do zoneamento da cidade de Lauro de Freitas. Ou seja, a área que já recebe atenção especial por parte de Lauro de Freitas, por ser uma zona predominantemente turística, pode ser fortalecida pela compatibilização das diretrizes para a área, também, por parte de Salvador – em obediência ao pressuposto no PDDU.

Existe, inclusive, no Título IX que trata do Desenvolvimento Político-Institucional, Capítulo V do PDDU, a Seção II que aborda especificamente a questão da articulação metropolitana. Nesta, um dos trechos mais claramente indicativos da importância dada à questão da articulação, é o seguinte:

I - a criação de instrumentos para a **integração e cooperação** nas políticas, projetos e ações, entre outras, nas áreas de habitação, saneamento ambiental, transportes, mobilidade urbana, regularização fundiária e urbanística, gestão sustentável do meio ambiente e **turismo**, geração de emprego e renda, qualificação de mão-de-obra, e ordenamento do uso e ocupação do solo nas áreas conurbadas ou em processo de conurbação. (SALVADOR, 2008, p. 265, grifo nosso).

O trecho, mais do que os outros, aponta diretamente para a “integração e cooperação” da capital com sua região metropolitana, no caso específico, Lauro de Freitas. Válido ressaltar que, dessa vez, a atividade turística é mencionada diretamente.

Outra menção de relevante contribuição no bojo da articulação proposta aqui, é a de “promoção de intercâmbio de experiências entre os Municípios, voltado para a constituição de um sistema integrado de planejamento e de informações e para a re-capacitação de pessoal para implementá-los” (SALVADOR, 2008, p. 265). O trecho é relevante por respaldar a integração entre cidades, no que tange ao aprendizado. Em nosso caso, por parte de Lauro de Freitas, fazendo uso da reconhecida bagagem de Salvador no tocante ao turismo – portanto, uma relação de troca. É percebida, ainda, clara harmonia com as já referidas declarações do secretário nacional de políticas de turismo, Vinícius Lummertz, quando em referência aos ideais do Programa de Regionalização do Turismo que prega, entre outras coisas, essa questão do

compartilhamento de experiência e aprendizados entre os municípios de uma mesma região de forma a catalisar o desenvolvimento mútuo, integrado.

Quanto ao município de Lauro de Freitas, em seu Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal (PDDM) também estão contidas algumas bases que, assim como para Salvador, fundamentam a articulação intermunicipal. Bem mais conciso que o PDDU de Salvador, as prerrogativas no PD de Lauro de Freitas não estão tão explícitas, porém, ainda assim, é possível notar uma inclinação para a articulação ou mesmo uma margem aberta à esta.

Num dos trechos, o documento deixa claro o desejo de firmação de parceria entre as cidades, especialmente para a proteção ambiental, quando apresenta diretrizes no sentido de desenvolver “[...] a integração entre os municípios de Lauro de Freitas, Simões Filho, Camaçari e Salvador, envolvendo a participação e o consorciamento com outros municípios e o estado da Bahia.” (LAURO DE FREITAS, 2008, p, 44). No trecho, o plano trata sobre questões relacionadas à articulação dos municípios em vistas à proteção ambiental. Porém, num outro momento do texto, o instrumento aponta para a necessidade de “incentivo ao turismo esportivo (golfe, esportes náuticos) e **ecoturismo**” (LAURO DE FREITAS, 2008, p. 41, grifo nosso). Pode-se inferir, portanto, que existe margem para o fomento da articulação intermunicipal voltada às práticas turísticas, especialmente naquelas em que há consciência da questão ambiental, mais próximas ao patrimônio natural das cidades – nesse caso, o ecoturismo³³. Válido ressaltar que a Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA) de Lauro de Freitas, localiza-se nos limites municipais com Salvador, bairro de Ipitanga – em cinza no Mapa 5 (p. 45).

Outro trecho onde o ideal da integração é explicitado é quando se propõe “promover mecanismos de cooperação entre os governos da União, Estado, e os municípios da Região Metropolitana de Salvador – RMS e a sociedade na formulação e execução da política municipal e regional de desenvolvimento urbano.” (LAURO DE FREITAS, 2008, p. 67). A cooperação sinalizada no trecho diz respeito, também, ao turismo, uma vez que a atividade também exerce influência sobre o desenvolvimento urbano da cidade, como se verificou com Mascarenhas (2010), quando tratou-se do

³³ Este que constitui-se em “[...] um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.”. (BRASIL, 2006, p. 9).

processo de urbanização turística, no qual a dinâmica urbana é alterada em resultado da atividade turística desenvolvida no local.

Porém, considerando que Planos Diretores constituem-se em instrumentos genéricos, básicos, de diretrizes não conclusivas – no sentido de que o que está pressuposto no plano não implica, necessariamente, cumprimento por parte do executivo municipal; serão trazidas algumas considerações, também, a partir de outro instrumento, este mais conclusivo, porque implica obrigatoriedade do município em cumprir todo o estabelecido no documento.

Plano Plurianual (PPA) é um “instrumento legislativo que define a programação quadrienal dos gastos do setor público, tendo por objetivo assegurar a continuidade do planejamento e execução orçamentários.” (SALVADOR, 2008, p. 297). Visto isso, serão tecidas considerações acerca do conteúdo desses planos de ambos os municípios a fim de evidenciar ainda mais solidez e viabilidade da proposta. Válido mencionar que as proposições dos PPAs devem ser resultantes de incorporações de diretrizes oriundas das bases dadas pelo Plano Diretor.

No PPA de Salvador, apesar de pouco direcionadas, existem diretrizes que, alinhadas ao PDDU, apontam para a integração com Lauro de Freitas. A principal delas se dá quando trata da requalificação do turismo, onde se propõe “Consolidar e **ampliar a atividade turística no município**, como fator de desenvolvimento econômico gerador de empregos, de melhoria na distribuição da renda e de preservação do patrimônio histórico-cultural.” (SALVADOR, 2013, p. 8, grifo nosso). A partir do trecho, pode-se inferir que é cabível, porque intrínseca, à ideia de ampliação do turismo na cidade, a articulação da atividade na capital com Lauro de Freitas – que por mais que ainda seja preliminar, se comparado a Salvador, possui uma série de potenciais, como visto no corpo desse texto, quando da apresentação dos atrativos e atrações do município.

Tal entendimento é fortalecido, também, pelo verbo proposto inicialmente, ou seja, consolidar o que já se tem desenvolvido, enfim, os pontos de reconhecido interesse turístico no município – que não são poucos – e, também, ampliar a oferta de atrativos e atrações por meio da integração com seu vizinho ao norte – Lauro de Freitas. Este, por sua vez, também apresenta, em seu PPA, inclinações para essa integração, como visto também no PDDM. Entre as proposições estão: “Promover o município como destino turístico na Bahia, através de qualificação e capacitação de pessoas e melhoria da infraestrutura turística” (LAURO DE FREITAS, 2013, p.173). A visão é de

crescimento e, para isto, segundo proposições do Programa de Regionalização do Turismo, não há meio mais eficaz que através do compartilhamento de saberes e experiências – que por sinal já foi iniciado com a participação do município no Câmara de Turismo do Estado, como já foi citado – com destinos que tenham melhor bagagem, especialmente se for o caso de um dos 65 Destino Indutores do país, como é o caso de Salvador.

Outra proposição destacável do PPA de Lauro de Freitas é a de “Implantar **políticas públicas para o setor turístico** consolidando o município como um indutor turístico do Estado, considerando que Lauro de Freitas é o portal de entrada da região denominada Costa dos Coqueiros” (LAURO DE FREITAS, 2013, p. 173, grifo nosso). No trecho, é possível notar que a cidade tem ciência de suas potencialidades para figurar como destino turístico forte no estado, carecendo apenas, para a atualização dessa potência, seguir as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo articulando-se a um destino consolidado com o qual tenha proximidade – nesse caso Salvador.

5.3 INICIATIVA PRIVADA/SOCIEDADE CIVIL COMO ATOR DE INTEGRAÇÃO

Não há como concretizar uma articulação tal qual é proposta aqui sem que haja, também, a participação de um dos elementos consolidadores da integração de lugares, em qualquer esfera pública ou setor da economia: as empresas e organizações privadas. Até mesmo porque, no próprio Programa de Regionalização do Turismo já se pressupõe a participação de representantes da iniciativa privada no processo, visto que são fator fundamental de integração. Válido destacar que, no programa, os três atores principais para efetivação do processo, no âmbito municipal, são Órgão Oficial de Turismo do Município, Conselho/Fórum Municipal e Interlocutor Municipal. No segundo está representada a participação privada no programa.

Esse tipo de abordagem remete à um modelo de desenvolvimento que, pela importância assumida pelas organizações privadas na atividade turística, se faz necessário evocar aqui – os *clusters*. Definidos como

[...] concentração geográfica de empresas interrelacionadas, fornecedores especializados, prestadores de serviços, empresas de diferentes setores e outras instituições específicas, como universidades, sindicatos e associações comerciais que competem e também cooperam entre si. (1999 *apud* Spada *et al.*, 2012, p. 4).

Esse modelo de desenvolvimento econômico tem se popularizado em dados setores, inclusive o turismo. Nos *clusters* turísticos, os aglomerados se dão entre atrativos turísticos, serviços e agências de receptivo, todo o setor hoteleiro, equipamentos de lazer, infraestruturas voltadas às práticas do setor etc. O diagrama exposto na Figura 6 elucida a distribuição dos componentes dos *clusters* turísticos.

Figura 6 – Diagrama de um *cluster* turístico básico.

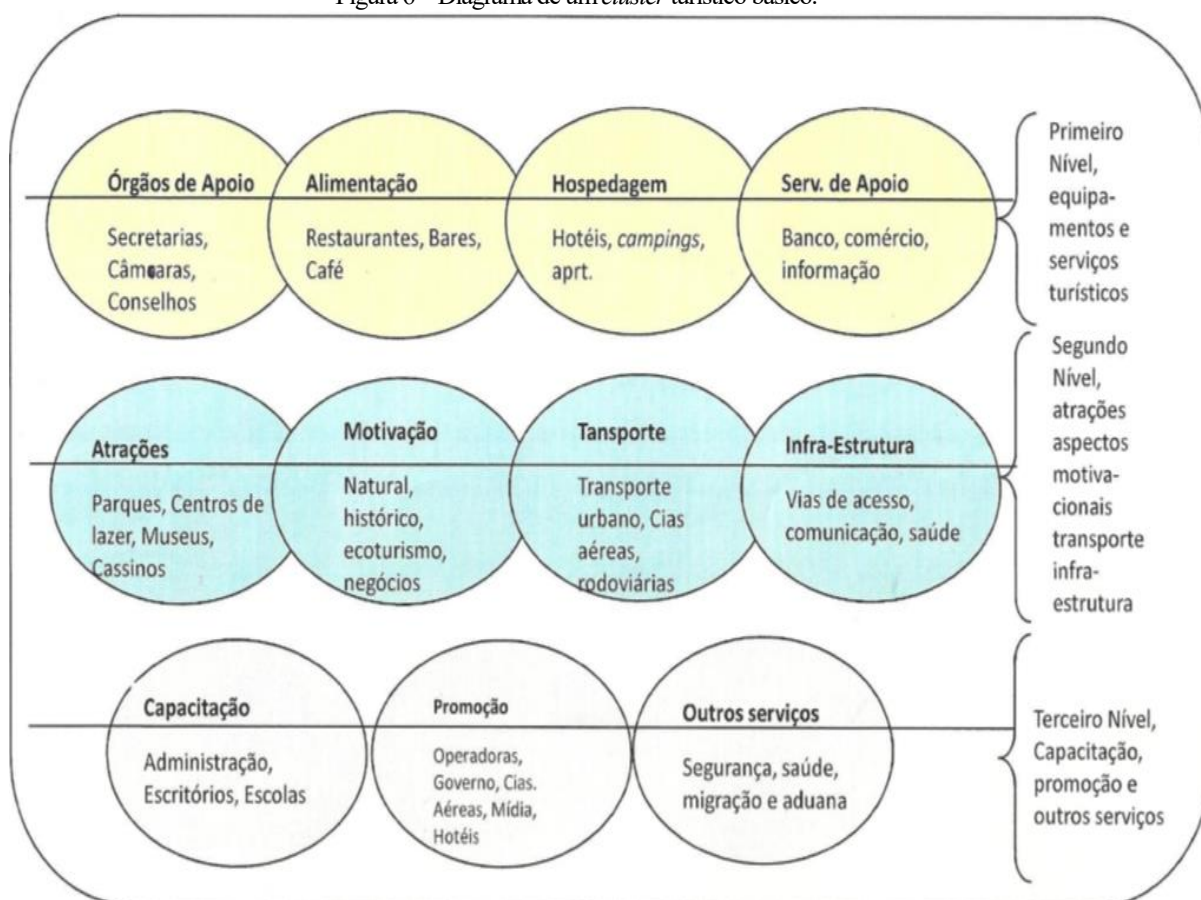


Figura 1: Diagrama simplificado de um *cluster* de turismo
 Fonte: ARTAVIA, Roberto. Estudo de cluster de turismo de Nicaragua. In: *Dinâmica de los clusters: um nuevo imperativo para gerentes*

Fonte: Spada *et al.* (2012).

Na figura, é possível visualizar melhor a amplitude de elementos que se articulam na formação do *cluster* turístico, não perdendo de vista que esses elementos estão intrínsecos, de forma muito mais compacta, na citada tríade do Programa da Regionalização do PNT.

No caso específico de Lauro de Freitas e Salvador, os principais representantes da instância em referência são o Conselho Municipal de Turismo

(COMTUR), em Lauro de Freitas, e o *Trade* Turístico, em Salvador. Estes, aliados aos respectivos órgãos municipais de turismo dão as diretrizes para o desenvolvimento do turismo no município. Logo, seria incoerente concluir esse estudo sem antes dar certa ênfase a este elemento que se mostra crucial para a proposta basilar desse trabalho. Ou seja, considerando que as empresas privadas têm, também, contribuição no direcionamento dado à atividade em cada município, nada mais lógico que considera-las para essa articulação.

Em se tratando de Salvador, esse diálogo se dá de maneira bem mais dinâmica – muito por conta da conhecida bagagem de experiências adquiridas no decorrer do amadurecimento da atividade turística na cidade. O *trade* turístico soteropolitano, do qual fazem parte as principais entidades de classe do setor, podendo-se destacar, por exemplo, Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH-BA), Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV-BA) etc. A solidez da relação entre *trade* turístico e instâncias públicas municipais do setor é percebida quando é observada, por exemplo, a frequência dos diálogos entre essas instituições. Pode-se exemplificar a questão com um dos principais encontros entre a secretaria (SEDES) e as entidades de classe do setor, são encontros bimestrais promovidos pela ABIH-BA, mas que contam com a participação de entidades diversas do setor.

Porém, em Lauro de Freitas, a situação ainda está menos desenvolvida, visto que a parceria efetiva com o *trade* é recente. Segundo Fidelis (2014, informação verbal), movimentos efetivos visando interação com o empresariado do setor, por parte da gestão pública municipal, tiveram início apenas em 2013. A despeito da instituição do Conselho de Turismo do município já ocorrido desde 2006, pela Lei municipal nº 1167 de 16 de janeiro de 2006, não houve uma atuação real junto à instância responsável pelo turismo no município – à época SECULT. Por conta disso, se fez necessária a instituição do Conselho, através da Lei Municipal Nº. 1.370, de 21 de maio de 2010. Atualmente, o diálogo, mesmo pouco amadurecido, se dá de maneira produtiva, como um “ganho muito produtivo”, como classificou o próprio gestor do DETUR, para o turismo na cidade (FIDELIS, 2014, informação verbal). Isto até por conta do momento crescente vivido pela gestão do turismo na cidade gerada, também, pela articulação

iniciada junto à Câmara de Turismo do estado, que reúne os gestores de turismo de alguns dos municípios turísticos do estado.

Outro elemento potencialmente fomentador de integração do turismo nas cidades focais deste estudo, é a Salvador e Litoral Norte *Convention & Visitors Bureau*. A fundação, criada desde 2006, conta com o apoio de algumas das principais entidades de classe do setor e tem a função básica de “encorajar as associações de classe e entidades a realizar congressos nacionais e internacionais, de sua área profissional, em Salvador e Litoral Norte” (SALVADOR..., 2014). O rol de atuação da fundação, até pela região que abrange – que por sinal engloba Lauro de Freitas, por mais que este ainda não esteja de fato inserido -, é pautado pela integração, semelhante tanto com o que ocorre nos *clusters* quanto ao proposto no Programa de Regionalização. Agregando, portanto, potencialidades para Lauro de Freitas, uma vez que, no interior da fundação, já existe uma integração consolidada entre o empresariado do setor que poderia ser benéfica às empresas e organizações de Lauro de Freitas e, também, de Salvador, por ter agregado mais um espaço de base no seu entorno - mais próximo que qualquer outro do Litoral Norte.

Em suma, pode-se dizer que articulação e integração, palavras que balizaram as discussões levantadas nesse estudo, são tendências atuais que indubitavelmente potencializam o desenvolvimento econômico, quiçá social, de qualquer cidade contemporânea. Especialmente quando centrada na prática do turismo, atividade reconhecidamente ampla e que, por definição, pressupõe diálogo entre seus atores principais.

6 CONCLUSÃO

Diante dos dados e discussões levantadas no corpo deste texto, pode-se obter algumas conclusões. Destas, vale evidenciar que, no bojo da articulação proposta desde os parágrafos iniciais deste estudo, há variáveis que necessitam ser melhor visualizadas. O preparo é, talvez, o principal desses elementos, visto que, para a atividade turística, é indispensável que se estabeleça previamente a infraestrutura e os equipamentos necessários ao bom exercício dela.

Em Lauro de Freitas, todavia, percebeu-se pouco tato no planejamento do turismo, talvez em razão da atividade ainda “engatinhar” no município – no sentido de não ser madura a presença do turismo, inclusive para a própria gestão. Mesmo sendo reais, os esforços para fixar diálogos entre os municípios turísticos baianos, por meio da Câmara de Turismo do estado, não são eficazes. Isto porque, ainda que eficientes no tocante à frequência das reuniões – mensais ou bimestrais –, não são apresentadas propostas efetivas que proporcionem os resultados que encontros desse cunho têm como potencial, logo ainda distantes de se tornar ato.

Acredita-se que faltam ações de promoção da “Lauro de Freitas turística”. Mesmo dentro da Bahia a promoção do município ainda é incipiente, prova disso é a falta de articulação intermunicipal efetiva dos municípios turísticos, ou seja, por mais que próximos geograficamente, os municípios da RMS ainda encontram-se afastados no tocante à atividade turística – com exceção de Mata de São João, que estabelece troca de fluxos intensa com a capital.

Entende-se que uma das maneiras mais efetivas de quebra desse afastamento entre municípios turísticos – especialmente no caso da relação entre Salvador e Lauro de Freitas – é o desenvolvimento de uma contrapartida intermunicipal. Isto levando em consideração que, para toda articulação, pressupõe-se uma via de mão dupla, colaboração mútua, enfim, uma relação de “ganha-ganha”. Dessa forma, para que isso se concretize, faz-se necessário que Lauro de Freitas crie, de fato, sua identidade enquanto destino turístico tal qual se propõe, efetivando o potencial que a EMBRATUR há quase 20 anos atribuiu ao município. Até porque, para a promoção de um município, nada melhor que uma característica forte, um carro-chefe que identifique o município em meio aos 3.635 municípios turísticos do país.

Assim, a médio prazo, Lauro de Freitas precisa consolidar sua identidade enquanto destino para, a partir disso, ter uma promoção que, de fato, seja mais “agressiva” no mercado, uma vez que o destino teria uma marca a fortalecer e peculiaridades para identificá-lo. E isso é feito por meio da própria promoção, de modo que o produto Lauro de Freitas seja apresentado ao mercado para que, a partir disso, determinado conjunto de características possa ser vinculado ao município enquanto destino.

Pode-se notar a tendência que o município já apresenta para o turismo de esportes, inclusive percebida pela SETEL e DETUR. Todavia, ainda não há o devido direcionamento de ações para, por exemplo, estender a estada de atletas que veem à cidade para competições, como modo de fazer uso da presença desses visitantes para promoção do destino Lauro de Freitas. Afinal, é esse um dos principais públicos que o município visa atingir – conforme ficou evidente nas entrevistas realizadas nas citadas instâncias gestoras do turismo no município.

Válido reconhecer que de fato têm havido investimentos na melhoria da infraestrutura de base para as práticas esportivas no município – como a construção do Centro Panamericano de Judô, classificação, para a área do Equus Clube do Cavalo, como ZEIA, visando a proteção da área, entre outras ações que elevaram o patamar das práticas esportivas e das competições realizadas no município. Porém, é necessário, também, que os esforços sejam direcionados no sentido de fomentar, a partir dos deslocamentos motivados por competições esportivas e afins, uma lógica que vá além da competição em si, mas que atinja o âmbito do Turismo de esportes, com uma infraestrutura que faça jus à demanda que se pretende cativar – o turista de esporte.

Importante atentar para a importância que os eventos podem assumir como alternativa para remediar os potenciais danos da sazonalidade turística. Dessa forma, uma das ações que se propõe visando uma melhor postura de Lauro de Freitas no tocante ao turismo, é perceber a relevância dos eventos – não só na atração de turistas efetivamente, mas do próprio morador, como também de soteropolitanos – e, a partir disto, desenvolver eventos na cidade.

Considerando o tipo de turista mais comum do litoral norte baiano (jovens, turistas de lazer, sol e praia etc.) eventos de cunho musical podem trazer resultados positivos tanto para o turista, que teria mais uma opção de lazer no entorno de Salvador,

como para o município, que estaria construindo sua imagem e recebendo maiores fluxos de visitantes.

Conclui-se, também, que por mais que Lauro de Freitas seja o município de maior proximidade com Salvador – uma vez que a troca de fluxos entre essas duas cidades é intensa –, a cidade ainda está muito aquém do patamar de desenvolvimento turístico visto na capital. Isso, de certa forma, é natural, tendo em vista que a metrópole tende a se desenvolver em maiores proporções que sua região de entorno. Porém, a partir do que foi visto no decorrer do texto, pode-se perceber que a aproximação entre Salvador e Lauro de Freitas não é negativa, pelo contrário, é fundamental para o desenvolvimento integrado de um dos elementos que mais contribuem para a economia do país – o turismo.

Outro elemento que merece atenção especial é a forma pela qual Lauro de Freitas deve pautar o desenvolvimento do turismo em seu território. É preciso definir se a articulação se dará pautada na ideia de metropolização, na qual Lauro de Freitas seria base para o desenvolvimento da capital, ou de regionalização, onde não existem graus de hierarquia, mas cooperação bilateral sem privilégios independentemente o grau de desenvolvimento da atividade no município.

Acredita-se que o melhor caminho para o município é a regionalização, tendo em vista que a tendência é positiva, uma vez que, com Salvador como referencial, o município tende a se desenvolver a partir dos exemplos de sucesso da capital. Até porque Lauro de Freitas já serve de base para algumas atividades em Salvador, entre elas o turismo, assim, se se pretende crescer é preciso pleitear novos patamares no desenvolvimento da atividade.

Para consolidar-se enquanto destino turístico alguns instrumentos são fundamentais. Entre eles um plano de ação. Assim, a médio prazo, é imperativa a elaboração de um plano de ação para o turismo no município. Plano este que contemple, num primeiro momento, a inventariação dos equipamentos, atrativos e atrações, uma vez que para se desenvolver é preciso conhecer o que se tem e, conseqüentemente, do que se tem falta etc. Assim como, em seguida, há que se estabelecer metas que balizem as ações em vistas do alcance dos objetivos centrais sejam atingidos.

Para a criação da “Lauro de Freitas turística”, em ato, é necessário, dentro da própria esfera administrativa municipal, um engajamento que facilite o desenvolvimento da atividade. Isto através de uma articulação intersetorial entre as

instâncias de governança do município, tais como Secretarias de Segurança Pública, de Planejamento, de Obras Públicas, de Comunicação, de Transportes etc., de modo que, de maneira articulada, seja possível desenvolver um trabalho mais sólido para o turismo – até porque a atividade, como visto ao início do texto, não se dissocia de outros setores, pelo contrário, o SISTUR agrega.

Em razão da abrangência da temática, reduzida pelo recorte dado para o estudo, acredita-se ser relevante deixar alguns questionamentos que cabem como sugestões de continuidade ao estudo aqui iniciado.

Sobre a regionalização e metropolização turísticas, valendo-se do fato serem processos essencialmente díspares, que tipo de articulação seria mais interessante para municípios que, semelhantemente a Lauro de Freitas – município que, mesmo sendo munido de atrativos e atrações – possuem pouca maturidade na atividade?

Considerando um dos principais benefícios da inserção da atividade turística nos municípios, ou seja o retorno econômico e a abertura de oportunidades de inserção da sociedade nos processos produtivos da atividade – quando isto ocorre. Como equilibrar a pujança do turismo de massa, para que a atividade se dê de forma não predatória em municípios que pretendem desenvolver-se no setor? Isto sem desconsiderar as propostas do Programa de Regionalização, citado no corpo deste estudo.

Outro questionamento é no tocante aos gargalos comumente enfrentados pelos gestores de turismo, especialmente em municípios onde a atividade não é consolidada. Quais as medidas para se ponderar o desejo da obtenção de retorno financeiro por meio da atividade e ações protecionistas à autenticidade do local? Assim como de que forma pode um destino ainda não inserido na dinâmica da atividade turística em sua região, tornar-se atrativo não só ao turista, mas, em primeira instância, aos destinos consolidados de seu entorno, em vistas de articulações e, por conseguinte, estabelecimento de relações de cooperação bilateral – tal qual pensa-se para Lauro de Freitas e Salvador?

Tais questionamentos podem balizar outras discussões dentro da temática abordada nesse estudo. É sabido, porém, que, em se tratando de Lauro de Freitas percebeu-se uma abertura na qual é perfeitamente viável seu desenvolvimento condicionado, no entanto, a uma série de alterações na forma atual de se pensar e organizar a atividade no município. Cabendo alterações desde a esfera administrativa

municipal, como já mencionado nas propostas por um melhor enquadramento intersetorial. Assim como o conhecimento mais profundo da cidade, enquanto destino, para criação de sua identidade para o turismo e, a partir disso, sua divulgação maciça.

Entende-se que tais conclusões não são estritamente úteis, apenas, para Lauro de Freitas, pelo contrário, a relevância que se dá ao estudo é justamente pelo fato deste poder balizar, por meio de seus precedentes, as ações de outros municípios em situação semelhantes no país. Até porque o programa de regionalização, parte fundamental da proposta deste estudo, é de caráter federal, logo, tem sua influência sobre uma gama de municípios no país que, assim como Lauro de Freitas, podem estar sofrendo com a problemática do desenvolvimento de potencialidades.

Com isso, espera-se ter contribuído para o desenvolvimento de soluções para os principais gargalos na gestão do turismo, assim como para uma aplicação mais eficaz do processo de regionalização do turismo nos municípios interessados pelo desenvolvimento da atividade turística em seus respectivos territórios.

REFERÊNCIAS

ALBAN, Renato. Reforma marca os 100 anos do Porto de Salvador. **Correio**. 12 maio 2013. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/reforma-marca-os-100-anos-do-porto-de-salvador/>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

ALMEIDA, Eleny Vilas Boas de. **Reserva indígena Tha-Féne**: Uma comunidade em busca de reconhecimento no município de Lauro de Freitas (Monografia de Conclusão de Curso de Licenciatura em História). Lauro de Freitas: UNEB, 2013.

ALVES, Joane. Lauro de Freitas inaugura Concha Acústica Roger Batera e pista de skate. **Opinião & Visão Crítica**. 07 set. 2012. Disponível em: <<http://opinioevisaocritica.blogspot.com.br/2012/09/cultura-esporte-e-lazer.html>>. Acesso em: 03 já. 2015.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos de graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ARAGÃO, Marília. Lauro de Freitas tem a 3º maior concentração de terreiros da Bahia. **Café com Notícias**. 30 nov. 2012. Disponível em: <<http://cafecomnoticias.com.br/2012/11/30/lauro-de-freitas-tem-a-3a-maior-concentracao-de-terreiros-da-bahia/>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

ARAÚJO, Enos Feitosa de. **Metropolização turística e as políticas públicas na produção do espaço litorâneo da região metropolitana de Fortaleza**. Natal: Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano, 2010.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Livro IX. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BACELAR, Carina. Brasil tem 202,7 milhões de habitantes em 2014, afirma IBGE. **O Globo**, 28 ago. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/brasil-tem-2027-milhoes-de-habitantes-em-2014-afirma-ibge-13752626>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

BAHIA. Observatório de Turismo do Estado da Bahia. **Participação das zonas turísticas**. 2008a. Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br/indicadores/principais-indicadores/participacao-das-zonas-turisticas/>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

_____. Observatório de Turismo do Estado da Bahia. **Participação das zonas turísticas**. 2008b. Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br/indicadores/principais-indicadores/fluxo-dos-principais-destinos/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

_____. Secretaria do Planejamento. **PIB dos dez maiores municípios da Bahia, 2009**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2009. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=148&Itemid=235#3>. Acesso em: 23 nov. 2014.

_____. Observatório de Turismo do Estado da Bahia. **Fluxo turístico**. 2011. Disponível em: <<http://observatorio.turismo.ba.gov.br/indicadores/fluxo-turistico/>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

_____. Secretaria de Turismo. **PRODETUR Nacional: Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS**. Salvador, 2012.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: Arranjos institucionais de Gestão Metropolitana**. Salvador: Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, 2013.

_____. Secretaria do Turismo. **Revista Viver Bahia é muito mais**. 2013b

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), 2014. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/download/481/>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

_____. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Sistema de informações geográficas urbanas do estado da Bahia**. 2014b. Disponível em: <<http://informs.conder.ba.gov.br/Mapas/rms.asp>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR. **Centro Pan-Americano de Judô é entregue no município de Lauro de Freitas**. 2014c. Disponível em: <<http://www.sedur.ba.gov.br/centro-pan-americano-de-judo-e-entregue-no-municipio-de-lauro-de-freitas/>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

BARRETO, George Melo. **Entrevista concedida ao autor**. Empresa Salvador Turismo – SALTUR. Salvador, BA. 12 nov. 2014.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 13. ed. São Paulo: SENAC, 2008.

BONFIM, João J. **Entrevista concedida ao autor**. Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer. Lauro de Freitas, BA. 19 set. 2014.

BOMFIM, Juarez Duarte. **O Centro Histórico da cidade do Salvador: sua integração urbana**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: marcos conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2014.

_____. Ministério do Turismo. **Hábitos de Consumo do Turismo do Brasileiro**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007 e 2009. Disponível em: <www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/02pesquisa_habitos.html>. Acesso em: 28 out. 2014.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de qualificação a distância para o desenvolvimento do Turismo**. Livro 1: Curso de Regionalização do Turismo. 2º ed. Florianópolis: Ministério do Turismo, 2010a.

_____. Ministério do Turismo. **Sol e praia: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010b.

_____. Ministério do Turismo. **Inventário da Oferta Turística**. Brasília: Ministério do Turismo, 2011.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes**. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013 - 2016: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil**. [Brasília]: Ministério do Turismo, 2013b.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. As “cidades” de Salvador. In _____ (Orgs.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. 2. ed. rev. e amp. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 89-110.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PASTERNAK, Suzana e BÓGUS, Lúcia Machado. **Transformações metropolitanas: São Paulo e Salvador**. *Cad. CRH*, Ago 2010, vol.23, no.59, p. 301-321. ISSN 0103-4979
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792010000200007&script=sci_arttext> Acesso em: 11 out. 2014.

CENTRO PAN-AMERICANO de judô é entregue em Lauro de Freitas. **A Tarde**. 28 Jul. 2014. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/esportes/noticias/centro-pan-americano-de-judo-e-entregue-em-lauro-de-freitas-1609511>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

CLUBE do cavalo ganha classificação de interesse ambiental. **Vilas Magazine**. 05 Dez. 2011. Disponível em: <www.villasmagazine.com.br/2011/12/clube-do-cavalo-ganha-classificacao-de_05.html?m=1>. Acesso em: 25 out. 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2001. v. 1. 107 p.

CUNHA, Leonardo Campos Mendes da. **Toré – da aldeia para a cidade: Música e territorialidade indígena na Grande Salvador** (Dissertação em Etnomusicologia). Salvador: UFBA, 2008.

DUARTE, Renata Barbosa Araújo de. **Histórias de sucesso: comércio e serviços: cultura e entretenimento**. Brasília: SEBRAE, 2007.

FERNANDES, R.B. *Las Políticas de la Vivienda en la ciudad de Salvador y los procesos de urbanización popular en el caso del Cabula*. Barcelona, 2000. (Tesis Doctoral para la Universitat de Barcelona).

FIDELIS, Igor. **Entrevista concedida ao autor**. Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer. Lauro de Freitas, 08 out. 2014.

FILHO, Vamberto Ferreira; SANTOS, Igor Sampaio Pinho dos. A influência da mídia na mercadorização do MMA. **EFDportes**, Revista Digital, Ano 18, nº 190. Buenos Aires, Mar. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 2º tiragem. São Paulo: Pioneira, 2000.

IGREJA MATRIZ de Santo Amaro de Ipitanga: Um patrimônio cultural secular... **Café com notícias**. 17 ago. 2013. Disponível em: <<http://cafecomnoticias.com.br/2013/08/17/igreja-matriz-de-santo-amaro-de-ipitanga-um-patrimonio-cultural-secular-na-historia-da-bahia/>>. Acesso em: 07 dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**, 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=291920&search=bahia|lauro-de-freitas|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

ISSA, Yara Silvia Marques de Melo; DENKER, Ada de Freitas Maneti. Processos de Turistificação: Dinâmicas de inclusão e exclusão de Comunidades Locais. In: **IV SeminTUR**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul – RS, 2006.

LAURO DE FREITAS. **Lei municipal nº1.330**, de 30 de dezembro de 2008. Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal (PDDM), 2008.

LAURO DE FREITAS. Imprensa Oficial Eletrônica. **Lei municipal nº 1.509**, de 18 de dezembro de 2013. Plano Plurianual, 2013. P. 124 – 196. Disponível em: <<http://ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/laurodefreitas/?pagina=dop&frompage=1&StartRow=16>>. Acesso em: 23 set. 2014

LAURO DE FREITAS. (no prelo). Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer. **Relação de hotéis, pousadas e restaurantes**.

LEW, Alan E.; HALL, C. Michael; WILLIAMS, Allan M. **Compêndio de turismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. 2. edição. São Paulo: Aleph, 2008.

LUMMERTZ, Vinícius. **Entrevista concedida à NBR Entrevista**. Secretário Nacional de Políticas de Turismo. Encontro Nacional 10 anos do MTur. Brasília, 17 maio 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=z5qCj13oAPM>>. Acesso em: 13 out. 2014.

MARCONDI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MASCARENHAS, Gilmar. **Dimensões e aspectos da metropolização turística no estado do Rio de Janeiro**. Natal: Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano, 2010.

MENDES, Henrique. Um terreiro em cada esquina. **Olá Revista**. 11 nov. 2013. Disponível em: <<http://olarevista.com.br/site/um-terreiro-em-cada-esquina/>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

MUSEU comunitário Mãe Mirinha de Portão. **TV Brasil**. Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Brasília, 2012. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/conhecendomuseus/episodio/museu-comunitario-mae-mirinha-de-portao>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, André Luiz de Araújo. **Patrimônio Cultural e Poder: trajetória normativa e desdobramentos preservacionistas no município de Salvador – Ba, 2010**. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

PALHARES, Guilherme Lohmann; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo (SP): Aleph, 2008.

PONCET, Patrick. **Paris: Tourisme et intégration métropolitaine**. [S.l.: s.n.], [2010].

RABAHY, Wilson A. PLANEJAMENTO DO TURISMO - Estudos. Económicos e Fundamentos Econométricos. Edições Loyola, São. Paulo, 1990.

REBOUÇAS, Luciana. Confira os bairros preferidos de quem procura um imóvel. **Correio 24 horas**. Salvador. 25 out. 2010. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/confira-os-bairros-preferidos-de-quem-procura-um-imovel/>> Acesso em: 11 out. 2014.

RIBEIRO, Ademário Souza; JARDIM, Ana Cristina Magalhães. História e cultura dos povos indígenas: abordagem transversal fortalecida pela lei 11.645/2008. **PRÓ-PROFESSOR**, Ouro Preto, v.1, n.1, 2012, p. 1-21.

SALVADOR. Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Cultura. **Cadastro Organizacional SEDES**. Salvador: Secretaria Municipal de Desenvolvimento, 2014. Disponível em: <www.salvador.ba.gov.br/index.php/2-uncategorised/42-inframe-cadastro-organizacional>. Acesso em: 02 nov. 2014.

_____. Empresa Salvador Turismo – SALTUR. **Cadastro Organizacional SALTUR**. Salvador: Empresa Salvador Turismo, 2012. Disponível em: <www.salvador.ba.gov.br/index.php/2-uncategorised/42-inframe-cadastro-organizacional>. Acesso em: 02 nov. 2014.

_____. Lei Municipal nº 8.535 de 13 de dezembro de 2013. **Plano Plurianual 2014 – 2017: Indicadores**, 2013. Disponível em: <http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/PPA_2014_2017/projeto/index1.html>. Acesso em: 23 Set. 2014.

_____. Lei nº 7.400, de 2008. Coordenadoria Central de Modernização da Gestão. **Leis de Estrutura Organizacional**, 2014. Disponível em: <<http://www.salvador.ba.gov.br/index.php/2-uncategorised/42-iframe-cadastro-organizacional>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

SALVADOR e Litoral Norte CVB. O que faz?. Salvador Convention. 2014. Disponível em: <www.salvadorconvention.com.br/O_Q_FAZ_SBCVB.aspx>. Acesso em: 08 nov. 2014.

SANTOS, Luan. ACM Neto diz que obras na Barra não vão atrapalhar Carnaval. **A Tarde**. 01 out. 2013. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/noticias/1539250/>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

SILVA, Francisca de Paula Santos da. **Turismo em rede: uma teia de múltiplas relações**. Salvador: Faculdade de Turismo da Bahia, 2000.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; CARVALHO, Silvana Sá de. **Metropolização e turismo no Litoral Norte de Salvador: de um deserto a um território de enclaves?**. Salvador: EDUFBA, 2008. Paginação irregular.

SOARES, Antonio M. de Carvalho. Salvador: pobreza, figurações e territórios. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia – Desigualdade, Diferença e Reconhecimento – Campus UFPE – Recife-PE**, 2007. Disponível em: <http://www.contatosociologico.crh.ufba.br/site_artigos_pdf/SALVADOR%20Pobreza,%20Figura%C3%A7%C3%B5es%20e%20Territ%C3%B3rios.pdf> Acesso em: 09 jun. 2013.

SPADA, Anaize *et al.* **Reflexão sobre cluster turístico com foco no destino indutor Porto Alegre**. Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. 16 e 17 nov. 2012 Universidade de Caxias do Sul: Caxias do Sul, 2012.

SPÍNOLA, Carolina. RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico / UNIFACS. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas 2. Ano 2, n. 3 (Janeiro, 2000). – Salvador: DCSA2 / UNIFACS, 2000. p. 36 – 47.

VIEIRA NETO, Pedro Nunes. **Sistema de concessão de rodovias – o pedágio na Estrada do Coco: causas e consequências**. Ano 4. n. 2. Diálogos Possíveis: Fabac, 2005.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

APÊNDICE A – TCLE João J. Bonfim (SETEL)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS I
BACHARELADO EM TURISMO E HOTELARIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso cujo título provisório é A Lauro de Freitas turística: de potência a ato e que está realizado por estudantes do curso de Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

O objetivo geral da pesquisa é Estudar a viabilidade de desenvolvimento turístico de Lauro de Freitas. Trata-se de um projeto de pesquisa acadêmico, com caráter descritivo, analítico e exploratório, o qual está organizado em alguns pressupostos que orientam a sua metodologia e está sendo acompanhado pela Professora Natalia Coimbra de Sá.

Saliaenta-se que, se assim desejar, basta indicar no campo correspondente abaixo e sua identidade será sigilosamente preservada, sendo os dados fornecidos identificados por um codinome para fins de divulgação e publicação técnica e/ou científica da pesquisa. Portanto, solicitamos a sua autorização para o uso dos dados fornecidos.

Desde já agradecemos a atenção dispensada e o interesse em participar dessa pesquisa, e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos por meio do e-mail: LUCIANNOJOJO@HOTMAIL.COM e do telefone: (71) 8248-0936.

DECLARAÇÃO

Declaro que fui informado(a) pelo(a)s pesquisador(a)s Luciano C. Reis Junior

sobre os procedimentos e objetivos da pesquisa.

Fui também informado(a) que posso retirar a minha participação a qualquer momento. Portanto, concordo em participar voluntariamente da pesquisa e assino o presente termo em duas vias.

Nome por extenso do(a) respondente: JOÃO JOSÉ BONFIM
Instituição que representa: SETEL

Autorizo a divulgação do meu nome e instituição, assim como dos dados fornecidos na entrevista.
 Desejo manter meu nome e instituição em sigilo, autorizando apenas a divulgação dos dados fornecidos na entrevista.

Local (cidade/bairro): LAURO DE FREITAS Data: 30/09/14
Assinatura: João José Bonfim

APÊNDICE B – TCLE I. Fidelis (DETUR)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS I
BACHARELADO EM TURISMO E HOTELARIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso cujo título provisório é A Louro de Freitas, turística: de potência e ato, e que está realizado por estudantes do curso de Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

O objetivo geral da pesquisa é estudar a viabilidade de desenvolver o ato de turismo em Louro de Freitas. Trata-se de um projeto de pesquisa acadêmico, com caráter descritivo, analítico e exploratório, o qual está organizado em alguns pressupostos que orientam a sua metodologia e está sendo acompanhado pela Professora Natalia Coimbra de Sá.

Salienta-se que, se assim desejar, basta indicar no campo correspondente abaixo e sua identidade será sigilosamente preservada, sendo os dados fornecidos identificados por um codinome para fins de divulgação e publicação técnica e/ou científica da pesquisa. Portanto, solicitamos a sua autorização para o uso dos dados fornecidos.

Desde já agradecemos a atenção dispensada e o interesse em participar dessa pesquisa, e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos por meio do e-mail: LUCIANNOJUNIOR@HOTMAIL.COM e do telefone: (71) 8248-0436.

DECLARAÇÃO

Declaro que fui informado(a) pelo(a) pesquisador(a) Luciano C. Reis Junior sobre os procedimentos e objetivos da pesquisa.

Fui também informado(a) que posso retirar a minha participação a qualquer momento. Portanto, concordo em participar voluntariamente da pesquisa e assino o presente termo em duas vias.

Nome por extenso do(a) respondente: Luciano Freitas
Instituição que representa: _____

Autorizo a divulgação do meu nome e instituição, assim como dos dados fornecidos na entrevista.
 Desejo manter meu nome e instituição em sigilo, autorizando apenas a divulgação dos dados fornecidos na entrevista.

Local (cidade/bairro): Louro de Freitas Data: 08/10/14
Assinatura: [Assinatura]

APÊNDICE C – TCLE do Sr. George M. Barreto (SALTUR)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS I
BACHARELADO EM TURISMO E HOTELARIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso cujo título é provisório A Leão de Freitas turística: de potência a ato. que está realizado por estudantes do curso de Turismo e Hotelaria da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

O objetivo geral da pesquisa estuda a viabilidade de desenvolvimento turístico. Trata-se de um projeto de pesquisa acadêmico, com caráter descritivo, analítico e exploratório, o qual está organizado em alguns pressupostos que orientam a sua metodologia e está sendo acompanhado pela Professora Natalia Coimbra de Sá.

Salienta-se que, se assim desejar, basta indicar no campo correspondente abaixo e sua identidade será sigilosamente preservada, sendo os dados fornecidos identificados por um codinome para fins de divulgação e publicação técnica e/ou científica da pesquisa. Portanto, solicitamos a sua autorização para o uso dos dados fornecidos.

Desde já agradecemos a atenção dispensada e o interesse em participar dessa pesquisa, e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos por meio do e-mail: LUCCIANNOJRC@HOTMAIL.COM e do telefone: +55 71 8248-0436

DECLARAÇÃO

Declaro que fui informado(a) pelo(a) pesquisador(a)s Luciano Campos Reis Junior sobre os procedimentos e objetivos da pesquisa.

Fui também informado(a) que posso retirar a minha participação a qualquer momento. Portanto, concordo em participar voluntariamente da pesquisa e assino o presente termo em duas vias.

Nome por extenso do(a) respondente: GEORGE MORAES BARRETO
Instituição que representa: SALTUR

Autorizo a divulgação do meu nome e instituição, assim como dos dados fornecidos na entrevista.
 Desejo manter meu nome e instituição em sigilo, autorizando apenas a divulgação dos dados fornecidos na entrevista.

Local (cidade/bairro): SSA, 12111000 Data: _____
Assinatura: _____

ANEXO A - Diagnóstico preliminar da infraestrutura turística de Lauro de Freitas

RESTAURANTES

Nome	Endereço	Responsável	Telefone	Gastronomia	E-mail
Yan Ping	Estrada do Coco		3378-1900	Oriental	yanpinglf@hotmail.com
Tche Picanha	Estrada do Coco	José Beline	3378-4462	Churrascaria	tchepicanhaslaurodefreitas@hotmail.com
FINNO SAPORE	Itinga		3379-3971		
Refeições Beny	Itinga		3378-0613		
Pizzaria e Restaurante Cheiro do Universo	Itinga		3252-8862	Pizzaria	
Bar e Restaurante Tempero da Maria	Itinga		3288-6439		
Sorveteria Vanilha	Itinga		3288-5534	Sorveteria	
Sorveteria Sabor de Verão	Itinga		3378-1333	Sorveteria	
Bella Nápoli	Caji		3288-5195	Italiana	
Restaurante Boa Mesa Delivery	Caji		3288-9518		
Restaurante D'meg	Recreio de Ipitanga	Margarida M. de Oliveira	3287-0666		resdameg@yahoo.com.br
Restaurante Pety Gula	Centro		3378-5532		marivaldonuness@hotmail.com
Restaurante Casa de Palha	Estrada do Coco		3111-5454		casadeplaha@casadepalha.com.br
Casarão Bode Bar e Restaurante	Centro		3288-9515		

Nome	Endereço	Responsável	Telefone	Gastronomia	E-mail
Aniz Restaurante e Lanchonete Ltda Me	Vilas do Atlântico		3379-9577		
Restaurante Montezuma Tex Mex	Vilas do Atlântico		3369-1123		
Paladar Restaurante	Vilas do Atlântico		3289-5164		
Armazém Vilas	Vilas do Atlântico		3379-5360		administrativo@armazemvilas.com.br
Jo Jo Delivery	Vilas do Atlântico		3379-8002		atendimento@jojodelivery.com.br
Restaurante e Pizzaria Celeiro	Vilas do Atlântico		3379-9558		
Batata Bacana Bar & Restaurante	Vilas do Atlântico		3379-4046		
Bekko Temakeria Sushibar	Vilas do Atlântico		3379-2548	Oriental	
Restaurante Massa	Estrada do coco		3369-2757		massamusicbar@gmail.com
Abdala Restaurante	Vilas do Atlântico		3379-6842		
Rango Frango Restaurante	Pitangueiras		3379-1219		nanacarlarj@hotmail.com
Restaurante Alecrim Dourado	Pitangueiras		3379-6320		restaurantealecrimdourado@hotmail.com
Trattoria Il Maneggio	Vilas do Atlântico		3379-6562	Pizzaria	ezio@trattoriailmaneggio.com.br
Five Sport Bar	Vilas do Atlântico		3024-4076		paulolimabastos@hotmail.com

Nome	Endereço	Responsável	Telefone	Gastronomia	E-mail
Aniz Restaurante e Lanchonete Ltda Me			3379-9577		anizrestaurante@hotmail.com
Beach Stop	Praia de Ipitanga		3033-5767		beatch10@beachstop.com.br
Donana	Vilas do Atlântico		3379-4364/9331-0200		augustokeiness@hotmail.com
Restaurante Perola de Ipitanga	Praia de Ipitanga		3378-9995/3378-0888		hotelperoladeipitanga@hotmail.com
Cabana da Cely	Vilas do Atlântico		3379-9538		jose@cabanadacelyvilas.com.br
Caranga	Vilas do Atlântico				
Torre de Pizza	Estrada do Coco		3287-9700		mari.torredepizza@hotmail.com
Maripoza	Vilas do Atlântico		3379-7187		ba.vilas@mariposa.com.br
Buteco de Vilas	Vilas do Atlântico		3289-0843		botecodevilas@hotmail.com
Gelaguela	Vilas do Atlântico				vendas@gelaguela.com.br / contato@gelaguela.com.br
Frango Legal	Estrada do Coco		3289-3826		falecom@frangolegal.com.br
Pousada e Restaurante Estrela Dalva	Ipitanga		3024-1007		
Restaurante Manga Banana	Vilas do Atlântico				
Rococco Café	Vilas do Atlântico		3026-0884		www.rococco.com.br

Nome	Endereço	Responsável	Telefone	Gastronomia	E-mail
All Saints Restaurantes	Vilas do Atlântico		3369-5343/33791272		allsaints@allsaintsrestaurante.com
D'casa Alimentos e Bebidas	Vilas do Atlântico		3369-3014/9342-3003		contato@dcasabahia.com.br
Maná Pizzaria	Vilas do Atlântico		3287--2334/8706-6545		

BARRACA DE PRAIA

Nome	Telefone	Localização
Barraca Odoyá Yemanjá		Vilas do Atlântico
Carlos Luís Fritsch	3378-0010	
Barraca Cabana do Gibaut	3369-4436	Buraquinho
Cantinho das Ostras	3379-7607	
Barraca de Praia Portal do Mar	3378-0249	
Barraca Villas Beach	3369-0204	
Barraca Praia de Araruama	3379-0010	
Barraca Oásis	3288-1434	
Barraca Buraco da Velha	3379-1079	Vilas do Atlântico
Barraca Mimos		Buraquinho
Barraca Havaii		Buraquinho
Barraca Mar Água Viva		Buraquinho
Barraca Panauê		Buraquinho
Barraca Fenix		Buraquinho

Barraca Biasmim		Buraquinho
Barraca Cabana do Elson		Buraquinho
Nome	Telefone	Localização
Barraca Tia Dinalva		Buraquinho
Barraca Tia Dete		Buraquinho
Barraca Nova Canaã		Buraquinho
Barraca Gávea	8847-3400	Vilas do Atlântico
Barraca O timoneiro		Vilas do Atlântico
Barraca Maré Blue		Vilas do Atlântico

HOTÉIS E POUSADAS

Ord.	Nome	Endereço	Telefone	E-mail	Leitos
1	Luar Motel	Estrada do Coco	3377-1366		96
2	Hotel Quinta Portuguesa	Itinga		renata.rocha@hportugues.com.br	57
3	Recanto da Benção	Caji	3287-1860	recantodabenciao@recantodabenciao.com.br	550
4	Hotel Cidade	Centro	3378-1227		13
5	Hotel Milenium Inn	Centro	3026-3333	reserva@hotelmileniuminn.com.br	48
6	Pousada e Restaurante Estrela Dalva	Ipitanga	3024-1007		
7	Pousada Restinga	Ipitanga	3287-0131	pousadarestinga@gmail.com	17
8	Pousada do Índio	Ipitanga	3288-2949	pousada.do.indio@hotmail.com	
9	Pousada Novo Tempo	Ipitanga	3369-0460	pousadanovotempo@hotmail.com	13
10	Villa Giardini	Ipitanga	3289-3457	pousada.villagiardini@htmail.com	9
11	Pousada Malibu	Ipitanga	9158-0046 /33782661	maliburegina@hotmail.com	24
12	Mamelucos	Ipitanga	3378-4412	gerencia.mamelucos@gmail.com	15

13	Pérola de Ipitanga	Ipitanga	3378-0888/(62)8278-9000	sercontabilidade@oi.com.br	16
14	Apart Hotel Ipitanga	Ipitanga	9203-0839	jomadabfcampos@hotmail.com	
Ord.	Nome	Endereço	Telefone	E-mail	Leitos
15	Pousada Praia de Ipitanga	Ipitanga	3378- 2869	pousadapraia de ipitanga@gmail.com	12
16	Malibu Plaza	Vilas do Atlântico	3026-4444	ludimilafracassi@gmail.com	116
17	Pousada Villas do Atlântico LTDA	Vilas do Atlântico	3369-2179	pousadavillas@ig.com.br	28
18	Pousada Tayuana	Vilas do Atlântico	3379-2046/3379-7048	reservas@tayuana.com.br	22
19	Pousada Copacabana Inn	Vilas do Atlântico			
20	Pousada Paraty Inn	Vilas do Atlântico		reservas@paratyinn.com.br	
21	Villa Araça Residence	Vilas do Atlântico			
22	Pousada Mirage Del Mar	Vilas do Atlântico			
23	Pousada Maria Luiza	Buraquinho	3379-4615		23
24	Pousada Eckerlino	Buraquinho	3379-2139 /33790918	info@pousada-eckerlino.com	14
25	Pousada Ipitanga IV	Ipitanga	3369-3900/8837-5689	informacoes@pausadaipitanga2.com.br	
26	Mais Hotel	Buraquinho	3612-7200	reservas@maishotelbahia.com.br	
27	Hotel Onix	Centro	3026-3333		
28	Pousada Salvador Paradise	Itinga	3288-0131/9369-9119	info@pousadasalvador.net	
29	Trip Hotel	Centro/Beira Rio	3378-4900	reservas@triphotelbahia.com.br	
30	Pousada Mineira	Vilas do Atlântico	3369-5081		

31	Pousada Itamaracá	Vilas do Atlântico	3369-1786		
Ord.	Nome	Endereço	Telefone	E-mail	Leitos
32	Pousada Jubarte	Buraquinho	3379-4461	reservas@pousadajubarteemburaquinho.com.br	
33	Hotel Glória	Centro	3026-1675		
34	Riverside Hotel	Portão	3289-9700	recepcao@riversidehotel.com.br	
TOTAL					1073

AGÊNCIAS DE VIAGENS

Nome	Telefone	E-mail
ABA Viagens e Consultoria	3369-3473	aba@abaviagens.com.br
Liberty Viagens Turismo e Eventos	3026-0514	liberty@libertyturismo.com
ABBA Viagens e Turismo	9174-3104	
Bahia Villas Ag de Viagens e Turismo		
Check In Viagens e Eventos	3379-2840	camila@checkinviagem.com.br
Gaiamund Tour	3362-1646	
CVC Agência de Viagens e Turismo	2101-7900	marcellaguanais@cvc.com.br
Pontal Turismo	3379-9411/ 3019-2764	adolfo@pontalturismo.com.br
Proturismo Turismo e Serv	3378-7527	
Solley Transportes Viagens e Turismo	3379-9456	reserva@solleytour.com.br
Firmo Mattos	3379-6345/ 8199-1777	
COOPERTT	3365-0324	contato@coopertt.com.br
Turma Viagens e Turismo	33799108	turmaviagens@terra.com.br/ margareth.almeida@turmaviagens.com.br
Belle Mundi Turismo	3369-5393	
Bahia Golf Turismo	3377-2802	

Bellatrix Agência de Viagens e Turismo		
Busca Vida Agencia de Viagens	9195-7019	
Nome	Telefone	E-mail
Intertour Operadora Turistica	3369-2600	
Wewers Tourismus Ltda	3369-3177	
Bahia Villas Tur	3288-1013	
Bresil Tours	3678-1280	
Inovar Viagens e Turismo Ltda		
Proturismo	3378-7527	
Verão Tour	3360-1130	
IT Viagens e Turismo	33798138	
V7 Turismo	3481-0677	
Cia de Sonhos Viagens e Turismo	3288-0160	
Dueto Viagens e Eventos	3024-5256	
Simtour Viagens e Turismo	3369-1024/8132-8059	Simone@Simturviagens.Com.Br

TRANSPORTES

Nome	Telefone	E-mail
COOPERTT	3365-0324	contato@coopertt.com.br
J e M A Transporte e Turismo	9984-4928	
Ss Transportes e Turismo Ltda	3379-1674	